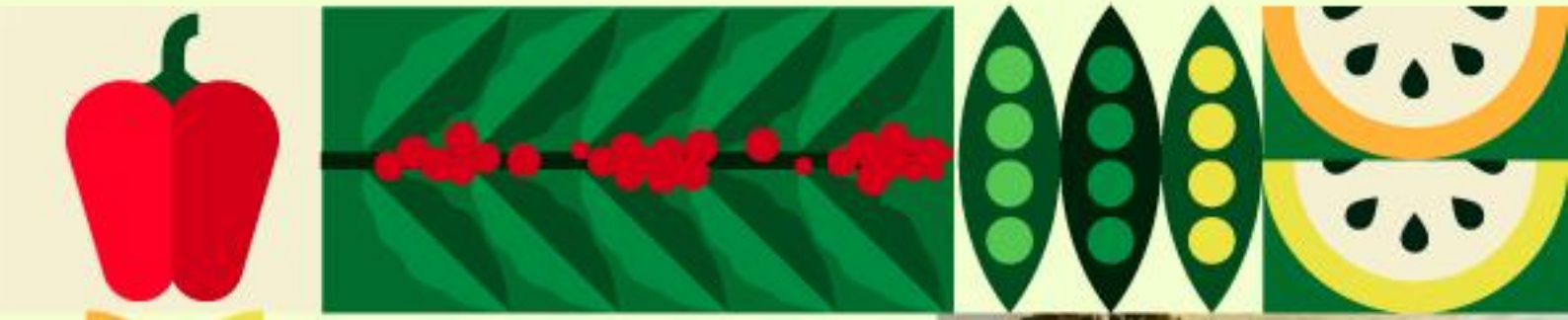


Planapo

PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA
E PRODUÇÃO ORGÂNICA (2024-2027)





Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministro de Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República
Guilherme Castro Boulos

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária
Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
José Wellington Barroso de Araujo Dias

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministro de Estado da Saúde
Alexandre Rocha Santos Padilha

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
André Carlos Alves de Paula Filho

Ministro de Estado da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministro de Estado da Fazenda
Fernando Haddad

Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional
Antônio Waldez Góes da Silva

Ministra de Estado das Mulheres
Márcia Helena Carvalho Lopes

Ministra de Estado dos Povos Indígenas
Sonia Bone de Sousa Silva Santos

Ministra de Estado da Igualdade Racial
Anielle Francisco da Silva

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE AGROECOLOGIA
E PRODUÇÃO ORGÂNICA (CIAPO)

BRASIL AGROECOLÓGICO

III PLANO NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (Planapo 2024-2027)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

Brasília, 2025

Composição da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira
Vivian Libório de Almeida

Secretaria-Geral da Presidência da República
Marcelo Fragozo dos Santos
Patrícia Dias Tavares

Ministério da Agricultura e Pecuária
Judi Maria da Nóbrega
Katia Mizuta

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Lilian dos Santos Rahal
Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Daniel Peter Beniamino
Allan Kardec Moreira Milhomens

Ministério da Saúde
Lucimara Beserra
Kelly Poliany de Souza Alves

Ministério da Pesca e Aquicultura
Diogo Martins Nunes
Geize dos Santos

Ministério da Educação
Maria Cristina Madeira da Silva
Evandro da Costa de Medeiros

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Fernanda Gomes Rodrigues
Rogério Vilela Borges de Andrade Franco

Ministério da Fazenda
Camila Stefaní de Sousa Silva
Andreia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Tiago Gonçalves Pereira Araujo
Samuel Menezes de Castro

Ministério das Mulheres
Atiliana da Silva Vicente Brunetto
Michelly Milhomem da Silva

Ministério dos Povos Indígenas
Ricardo Neves Romcy Pereira
Marília Pokwyj Ribeiro de Sousa Krahô

Ministério da Igualdade Racial
Augusto Araújo Santos
Maiara Batista Dourado

CONVIDADOS:

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Loroana Coutinho de Santana
Isabel Cristina Lourenço da Silva

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Arthur de Souza Prado Junqueira Reis
Marina Leal Bicelli de Aguiar

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Celina Rangel Tura
Raquel Silvestrin Zanon

Companhia Nacional de Abastecimento
Silvio Isoppo Porto
Eduardo Safons Soares

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Clenio Nailto Pillon
Mariane Carvalho Vidal

Fundação Oswaldo Cruz
André Campos Burigo
Jorge Mesquita Huet Machado

Fundação Banco do Brasil
Flávia Maciel de Almeida
Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Daniel Henrique Bandoni
Karina de Oliveira Scotton

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
César Fernando Schiavon Aldrigui
Débora Mabel Nogueira Guimarães

Secretaria-Executiva da Ciapo
Ynaiá Masse Bueno
Eduardo Guatimosim
André Moreira Bordinhon
Mirian Pires da Cruz
Natielle Maria de Souza Nascimento

Composição da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)

Secretaria-Geral da Presidência da República
Marcelo Fragozo dos Santos
Raquel Buitron Vuelta

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira
Vívian Libório de Almeida

Ministério da Agricultura e Pecuária
Katia Mizuta
Tacao Reis Toyosumi

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Lilian dos Santos Rahal
Márcia Regina de Carvalho Souza Gonçalves Muchagata

Ministério da Saúde
Kelly Pollyane de Souza Alves
Lidiane Silva Dutra

Ministério da Pesca e Aquicultura
Diogo Martins Nunes
Eliane Souza Alves

Ministério da Educação
Maria Cristina Madeira da Silva
Evandro Costa de Medeiros

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Fernanda Gomes Rodrigues
Alexandre Coelho Teixeira

Ministério da Fazenda
Camila Stefaní de Sousa Silva
Andréia Lúcia Araújo da Cruz de Carvalho

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Edel Nazaré Santiago de Moraes
Daniel Peter Beniamino

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Tiago Gonçalves Pereira Araujo
Samuel Menezes de Castro

Ministério das Mulheres
Maria Jocicleide Aguiar
Atiliana da Silva Vicente Brunetto

Ministério dos Povos Indígenas
Leosmar Antônio Terena
Bruno Rodrigues Potiguara

Ministério da Igualdade Racial
Wdson Lyncon Correia de Oliveira
Katharina de Lourdes Costa Meneses

Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Loroana Coutinho de Santana
Isabel Cristina Lourenço da Silva

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Wanessa Lucas Xavier
Marina Leal Bicelli de Aguiar

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Marcos Matias Cavalcante
Luciana Chaves Rocha

Companhia Nacional de Abastecimento
Silvio Isoppo Porto
Eduardo Safons Soares

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Jose Antônio Azevedo Espindola
Cynthia Torres de Toledo Machado

Fundação Oswaldo Cruz
André Campos Burigo
Denise Oliveira e Silva

Fundação Banco do Brasil
Cláudia Zulmira Cardoso Oliveira
Mariana da Silva Oliveira

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Karina de Oliveira Scotton
Karluanna Abreu do Nascimento Borba

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
César Fernando Schiavon Aldrighi
Débora Mabel Nogueira Guimarães

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
Gabriela Antonia da Costa Souza
José Nunes da Silva

Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)
Rachel Vaz Soraggi
Luciana Gomes de Almeida

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
Paulo Frederico Petersen
Sarah Luiza de Souza Moreira

ANA Amazônia - Articulação de Agroecologia da Amazônia
Fabio Pierre Fontenele Pacheco
Jaqueline Felipe dos Santos

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)
Jairã da Silva Santos Sampaio
Barbara Favalessa Almeida

Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer)
Loiselene Carvalho Trindade
Adson Rodrigues Cardoso

Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg)
Cecile Marie Yvonne Gabrielle Follet
Ramom Weinz Morato

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag)
Melissa Gabriele da Silva Vieira
Edmilson Costa da Silva

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf Brasil)
Francisco Auri Alves Júnior
Maria Josana de Lima Oliveira

Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social (FBSPG)
Maria Amalia da Silva Marques
Romeu Mattos Leite

Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT)
Vagner do Nascimento
Marcela Albino Cananéa

Instituto Brasil Orgânico (IBO)
Isabela Giordano Gil Moreira (Bela Gil)
Rogério Pereira Dias

Movimento Camponês Popular (MCP)
Philipe Alves Rolemberg Caetano
Márcio Silva Ramos

Associação do Movimento Interestadual das Quebradeira de Coco Babaçu (MIQCB)
Marinalda Rodrigues da Silva
Maria Silvania Nunes da Paixão

Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC)
Rejane Silva da Costa
Maria José Santos

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) - Associação Nacional de Mulheres Camponesas (ANMC)
Adriana Maria Mezadri
Joana Fernades Sebben

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)
Elizete Maria da Silva
Evanilda Tavares Faustino da Silva

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
Leomárcio Araújo da Silva
Viviane Chiarello

Rede Ater Nordeste de Agroecologia
Luciano Marçal da Silveira
Márcia Maria Pereira Muniz

Rede Ecovida de Agroecologia
Laércio Ramos Meirelles
Alice Karine Vriesman

União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)
Francisca Eliane de Lima
Maíra Lima Figueira

COLABORADORES:

Alfredo C. Pereira
Allan Razera
Carla Ramos
Cássia Augusta Amaral Buani
Elisabeth Maria Cardoso
Iorrana Lisboa Camboim
Islandia Bezerra da Costa
Fábio Frattini Marchetti
João da Mata Nunes Rocha
José Ubiratan Rezende Santana
Juliana Acosta Santorum
Laila Simaan
Larissa Alves Lacerda
Leandro Guimarães Cruvinel e Palos
Leosmar Antônio Terena
Lina Apurinã
Madalena Izoton
Marcia Satori
Monaliza Lopes da Silva Sales
Patricia Ravallet
Pollyana Rodrigues Pinheiro Dias
Raquel de Araujo Martins
Sara Deolinda Cardoso Pimenta
Sonise Medeiros
Tarcila Portugal
Valdemar Arl
Vanessa Lucas Xavier
Vinicius Teixeira
Virginia Mendes Cipriano Lira
Zaré Augusto Brum Soares

Equipe de sistematização e redação:

Ynaiá Masse Bueno
Eduardo Guatimosim
André Moreira Bordinhon
Cássio Murilo Moreira Trovatto



Lista de abreviaturas:

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia
Anater: Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Ater: Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Ciapo: Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
Cnapo: Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CNPCT: Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPOrg: Comissão Nacional de Produção Orgânica
CNS: Conselho Nacional de Saúde
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento
Condraf: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Consea: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Coopera Mais: Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, Associativismo e Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar
Ecoforte: Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica
Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FBB: Fundação Banco do Brasil
Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBO: Instituto Brasil Orgânico
Incra: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOA: Lei Orçamentária Anual
Mais Gestão: Programa Nacional de Apoio à Qualificação da Gestão dos Empreendimentos da Agricultura Familiar
MAPA: Ministério da Agricultura e Pecuária
MCID: Ministério das Cidades
MCTI: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MDS: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MEC: Ministério da Educação
MF: Ministério da Fazenda
MIDR: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

MIR: Ministério da Igualdade Racial

MMA: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

MMC: Movimento das Mulheres Camponesas

MMulheres: Ministério das Mulheres

MPA: Ministério da Pesca e Aquicultura

MPI: Ministério dos Povos Indígenas

MS: Ministério da Saúde

NEA: Núcleos de Estudo em Agroecologia

OCS: Organização de Controle Social

Opac: Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PAB: Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca

PBSF: Plano Brasil Sem Fome

Peapo: Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

Pleapo: Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica

Pmapo: Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica

Planapo: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Planaveg: Plano Nacional de Vegetação Nativa

Plansan: Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Pnaab: Política Nacional de Abastecimento Alimentar

Pnapo: Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Pnater: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPSA: Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

PNSan: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNSMAF: Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar

PPA: Plano Plurianual

Proagro Mais: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronara: Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos

Seaf: Seguro da Agricultura Familiar

SG-PR: Secretaria Geral da Presidência da República

SPG: Sistemas Participativos de Garantia

SUS: Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

Introdução 18
Diagnóstico 20
Eixo 1 – Produção 21
Financiamento e Seguro Rural 21
O Papel Estratégico do Fomento à Agroecologia 22
O Avanço dos Agrotóxicos e a Urgência por Mudanças 23
Bioinsumos 23
Garantindo a Qualidade dos Alimentos Orgânicos no Brasil 24
Mulheres: Pilares da Transformação Agroecológica no Brasil 25
Agricultura Urbana e Periurbana 25
Agroindústria Familiar e os Desafios da Inclusão Sanitária 26
Eixo 2 – Uso e Conservação da Agrobiodiversidade e da Natureza 27
Sementes da Autonomia 27
Regularização e Recuperação Ambiental 28
Energias Renováveis 29
Segurança Hídrica 29
Eixo 3 – Construção do Conhecimento e Comunicação 29
A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural pública e inclusiva 30
Avanços e desafios na educação agroecológica no Brasil 30
O desafio de manter os jovens no campo e o papel da agroecologia 31
Inovação Agroecológica e a Transformação dos sistemas alimentares 32
Desafios e caminhos da construção dos saberes agroecológicos 32
Eixo 4 – Comercialização e Consumo 33
Comercialização e Abastecimento 34
Encurtando Distâncias: Circuitos Curtos e Consumo Consciente 35
Eixo 5 – Terra e Território 35
Reforma Agrária 35
Territórios Tradicionais 36
Eixo 6 – Sociobiodiversidade 36
Eixo 7 - Saúde e Cuidados com a Vida 37
Quem se Beneficia com o Plano 39
Diretrizes 40
Estratégias e Articulação Institucional 41
Iniciativas e Metas 45
Eixo 1 - Produção 46
Eixo 2 - Uso e Conservação da Agrobiodiversidade e da Natureza 54
Eixo 3 - Construção do Conhecimento e Comunicação 58
Eixo 4 - Comercialização e Consumo 66
Eixo 5 - Terra e Território 69
Eixo 6 - Sociobiodiversidade 70
Eixo 7 - Saúde e Cuidados com a Vida 73
Gestão, Monitoramento e Avaliação 78

APRESENTAÇÃO

O compromisso do Governo do Brasil em fortalecer a agroecologia está reafirmado nesta terceira edição do Planapo. O documento une governo e sociedade civil em objetivos comuns para ampliar a transição agroecológica, articulando crédito, assistência técnica, extensão rural, compras públicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação. De 2024 a 2025, tivemos muitos avanços contemplando os sete eixos do plano.

Essas conquistas estão marcadas no maior Plano Safra da história do Brasil, lançado em junho de 2025, com um orçamento de R$ 89 bilhões para a agricultura familiar. Para a safra 2025-2026, além das linhas sustentáveis pré-existentes do Pronaf Bioeconomia, Pronaf Floresta e Pronaf Semiárido, outras duas linhas inovadoras foram especialmente desenhadas para fortalecer a transição agroecológica: o Pronaf B Agroecologia e o Pronaf B Quintais Produtivos, que já computaram mais de 22 mil operações, somando mais de R$ 429 milhões contratados em crédito para famílias com renda anual de até R$ 50 mil, juros de 0,5% ao ano e desconto de até 40% para quem paga em dia..

Sem feminismo não há agroecologia! Durante o Governo Lula, as mulheres rurais vêm sendo cada vez mais reconhecidas e valorizadas na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. O Programa Quintais Produtivos das Mulheres Rurais está beneficiando milhares de mulheres com a estruturação de quintais agroecológicos, capacitação e orientação para acesso a políticas públicas de crédito e comercialização. O programa fortalece a autonomia social e econômica das mulheres, a segurança alimentar e a sustentabilidade das comunidades locais.

Outra medida significativa é a destinação de R$ 100 milhões para o Programa Ecoforte, em parceria com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil, para fortalecer redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica nos territórios, com projetos liderados por mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais. O programa investe recursos na melhoria da cadeia produtiva, em projetos que buscam intensificar práticas de manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e sistemas produtivos de base agroecológica, ampliando a escala de produção e a oferta de alimentos saudáveis.

Além de crédito subsidiado, uma das maiores conquistas do período, sem dúvida, foi o lançamento do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara). Fruto da luta histórica do movimento agroecológico, o programa debatido há mais de 10 anos foi publicado em junho de 2025, a partir de uma construção participativa do Governo Lula, envolvendo seis ministérios e a sociedade civil organizada. Entre os principais objetivos do Pronara, destacam-se a redução gradual e contínua do uso de agrotóxicos, ampliação da produção, comercialização, acesso e uso de bioinsumos, monitoramento dos resíduos de agrotóxicos no ambiente, nas águas e nos alimentos, e fomento à pesquisa e inovação para o avanço da produção de base agroecológica, livre de agrotóxicos.

Outra dimensão importante apoiada pelo governo é a pesquisa aplicada à agroecologia. Em parceria com seis ministérios e a presidência da república, o CNPq destinou R$ 22,5 milhões para 74 Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs), nas universidades e institutos federais de todo o Brasil. Os NEAs articulam conhecimento científico e saberes tradicionais na promoção da transição agroecológica em territórios rurais e urbanos, desempenhando papel fundamental na implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Além disso, um investimento de mais R$ 15 milhões em pesquisas foi anunciado no 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, em Juazeiro, na Bahia, em 2025.

Complementar às atividades de pesquisa e ensino, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), um dos grandes pilares da transição agroecológica, também vem sendo fortalecida e reorientada para uma perspectiva dialógica, de base ecológica, na qual o diálogo de saberes fundamenta suas práticas e seus processos técnicos e educadores. Ao longo do período, cerca de 84 mil famílias foram atendidas por diferentes programas e chamadas públicas de Ater. Os editais Da Terra à Mesa investiram R$ 185 milhões em 55 projetos de transição agroecológica, em todas as unidades da federação. Paralelamente, o Pro-SEMEIA, envolvendo 19 instituições de ensino superior, atua na formação extensionista de jovens, em 97 assentamentos rurais da reforma agrária. Com isso, o governo busca ampliar as capacidades dos produtores rurais de produzir de forma sustentável, com inclusão social, resiliência climática e o protagonismo de jovens e mulheres.

E impulsionar a transição agroecológica é um objetivo do Governo Federal não apenas em território nacional, mas em todo o mundo. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (COP 30), em Belém, o MDA lançou o "Plano de Aceleração de Soluções (PAS TERRA) – Juntos para a Expansão da Agroecologia e de Agroflorestas Resilientes e Restaurativas", em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a FAO/Forest and Farm Facility (FFF), a Agroecology Coalition, a Aliança Bioversity International, CIAT/CGIAR e a Fundação NOW Partners. O objetivo do PAS TERRA é integrar agroecologia e agrofloresta como solução global para as ações climáticas, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional, a geração de renda e a melhoria do acesso a alimentos saudáveis, colocando agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais como agentes protagonistas na construção de uma sociobioeconomia sustentável, inclusiva e positiva para o clima.

Viabilizar todas essas ações, planos e programas só foi possível graças ao estreito envolvimento dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada. Desde o início do Governo Lula, a participação social tem sido uma baliza fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas de agroecologia. As instâncias de gestão da Pnapo – a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) – com representantes do governo e da sociedade civil, estão fortalecidas em seu papel de elaboração, monitoramento e aprimoramento do Planapo e das ações decorrentes do plano.

Importante destacar também o papel da participação social na organização da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, a ser realizada em 2026, com o tema "Agenda política estratégica de transformação agroecológica para os sistemas alimentares no Brasil" e foco no acesso à terra, no enfrentamento às mudanças do clima, na soberania e segurança alimentar e na promoção da cidadania e do bem viver nos territórios rurais.

Essas e outras atuações do MDA, durante os anos de 2024 e 2025, em parceria com diferentes setores do Governo Federal e da sociedade civil, têm contribuído largamente para a superação da insegurança alimentar e a retirada do Brasil do mapa da fome, bem como na geração de empregos e renda no campo e no aumento da resiliência da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais frente às mudanças do clima.

Cientes dos desafios que se colocam no horizonte, a terceira edição do Planapo é uma bússola para o governo e à sociedade civil na busca por uma agricultura mais inclusiva, resiliente e ecológica, com respeito às sabedorias e práticas tradicionais, aliadas aos conhecimentos científicos. O Governo Federal está atento às demandas sociais, ambientais e econômicas para impulsionar a agroecologia e a produção orgânica como modelo de produção, consumo, distribuição e comercialização de alimentos e garantir um futuro cada vez mais justo, saudável e sustentável para toda a sociedade.

Paulo Teixeira
Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Fernanda Machiaveli Morão de Oliveira
Secretária Executiva
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)

UM NOVO FUTURO COMUM

Vivemos um momento decisivo em que a crise climática explicita os limites do modelo agrícola convencional. A resposta a este cenário de urgências, no entanto, já está sendo cultivada. Ela brota da terra manejada por agricultores(as) familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas, extrativistas, pescadores(as), marisqueiras e tantas outras comunidades tradicionais que, há gerações, protegem a biodiversidade e nutrem o país com seus saberes. São esses guardiões e guardiãs dos territórios os principais executores da transição que precisamos.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo 2024–2027) é a materialização desse caminho já em curso. Mais do que um documento governamental, é um pacto social, resultado do reencontro do Estado com a sociedade civil após um período de desarticulação. A reativação de instâncias como a CNAPO e a CIAPO simboliza este compromisso renovado com a governança participativa. Esta movimentação, integrada à revitalização de outros espaços de diálogo e controle social - como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) - reforça a estrutura democrática para a construção de políticas públicas voltadas para a soberania alimentar, a agroecologia e a justiça socioambiental no campo, nas águas, nas florestas e nas cidades.

Estruturado em sete eixos estratégicos: produção; uso e conservação da agrobiodiversidade e da natureza; construção do conhecimento e comunicação; comercialização e consumo; terra e território; sociobiodiversidade; e saúde e cuidados com a vida, o plano organiza 197 iniciativas concretas que convergem para um objetivo central: acelerar a transição para sistemas alimentares justos, saudáveis e resilientes. Do apoio à produção e comercialização à defesa dos territórios, da sociobiodiversidade e da saúde, cada ação é um passo para consolidar um novo paradigma.

A força desse Plano está na sua vocação transformadora, em traduzir um compromisso nacional em ações tangíveis, garantindo que os recursos e as políticas públicas fortaleçam aqueles que já constroem, no presente, o futuro da alimentação – nos quintais produtivos, nas roças diversificadas, nos territórios tradicionais e nos assentamentos da reforma agrária.

Ao apresentar a terceira edição do Planapo, reafirmamos que a agroecologia é um pilar fundamental para um projeto nacional de desenvolvimento. Um projeto que coloca a vida no centro – a vida do solo, das águas, das florestas e das pessoas. Um projeto que combate a fome com comida de verdade, que gera renda com dignidade e que enfrenta a crise climática com o conhecimento de quem sempre soube se relacionar com a natureza.

O futuro da alimentação é ancestral e já está sendo semeado. Cabe a nós, nessa gestão, regar as sementes com políticas públicas construídas e implementadas a partir dos territórios e com o diálogo permanente. O Planapo 2024–2027 é a nossa ferramenta para honrar esse compromisso histórico.

Vanderlei Zigler
Secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Vivian Libório de Almeida
Secretária Executiva Suplente
Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar



INTRODUÇÃO

Brasil avança na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis

Nas últimas décadas, o Brasil tem se destacado na promoção da agroecologia e da produção orgânica, unindo conhecimento científico aos saberes tradicionais e ao dinamismo dos movimentos sociais do campo, das águas, das florestas e das cidades. Essa sinergia tem permitido que agricultores(as) familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais cultivem alimentos saudáveis com respeito à natureza.

A agroecologia brasileira transcende a produção de alimentos: é um sistema que preserva o meio ambiente, protege a biodiversidade e sustenta a vida em todas as suas formas, assegurando o futuro das próximas gerações. A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi um marco decisivo que revelou o compromisso do governo brasileiro com um modelo agrícola que cuida, ao mesmo tempo, das pessoas e do planeta. Esta Política foi colocada em prática por meio do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Reconhecido internacionalmente como política pública de excelência, o Planapo já inspirou iniciativas em diversos níveis de governo. Seu primeiro ciclo (2013–2015) mobilizou dez ministérios e investiu R$ 2,9 bilhões em ações sustentáveis.

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo) são os principais espaços de gestão dessa política. Assim, desempenharam papel fundamental ao garantir transparência e diálogo entre governo e sociedade civil, fortalecer a confiança entre agricultores(as), consumidores e poder público e promover sistemas alimentares sustentáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos. Esses espaços institucionais colocaram a saúde e o meio ambiente no centro das políticas públicas.

Após um período de retrocessos (2016–2019), marcado pela extinção dos espaços participativos e de gestão dessa política, o Brasil reassume seu compromisso com a agroecologia. O Planapo (2024–2027), elaborado em amplo diálogo com a sociedade, foi instituído para implementar ações, programas e projetos indutores da transição agroecológica, da sociobiodiversidade, da produção orgânica e de base agroecológica.

O plano surge como um farol em meio aos desafios climáticos e alimentares contemporâneos, com objetivos claros, metas concretas e mecanismos de acompanhamento para garantir sua eficácia. Sua finalidade é contribuir para a segurança e a soberania alimentar e nutricional, por meio da oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. Além disso, o plano visa à adaptação e à mitigação dos impactos das mudanças climáticas e à conservação ambiental, assegurando a melhoria da qualidade de vida da população.

O sucesso desse plano depende da união entre governo, agricultores(as) e sociedade. Juntos, estamos construindo um futuro em que a produção de alimentos saudáveis anda de mãos dadas com a preservação ambiental e a justiça social, contribuindo para o combate à fome, o enfrentamento das mudanças climáticas e a redução das desigualdades sociais. O Brasil reafirma, assim, seu compromisso com uma agricultura que alimenta o país com qualidade, respeita a natureza e garante dignidade para quem produz e para quem consome. Este é o caminho para colocar comida de verdade na mesa de todas as famílias brasileiras, construindo um país que alimenta, protege e inclui.



DIAGNÓSTICO

O Planapo e a transformação dos sistemas alimentares no Brasil

O Planapo já apresenta resultados importantes desde sua primeira fase, impulsionando a agroecologia, a produção orgânica e a proteção da sociobiodiversidade no Brasil. Com uma abordagem inovadora, o plano vem contribuindo para a criação de sistemas alimentares mais sustentáveis, para a redução do uso de agrotóxicos e transgênicos e para a promoção de maior justiça social no campo, nas águas, nas florestas e nas cidades..

A crise climática é um dos maiores desafios da atualidade. A agricultura convencional sofre com os efeitos das mudanças climáticas, mas também contribui para agravá-las. Nesse cenário, a agroecologia surge como solução, pois aumenta a capacidade dos agroecossistemas de se adaptarem e se recuperarem de eventos extremos, como secas e inundações. Ao mesmo tempo, reduz a emissão de gases poluentes e protege a biodiversidade, criando sistemas agrícolas mais equilibrados e sustentáveis.

O plano também atua na democratização do acesso à terra, passo fundamental para garantir que agricultores(as) familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais possam permanecer em seus territórios. Essas populações são detentoras de saberes ancestrais e produzem alimentos diversificados e saudáveis, fortalecendo a segurança alimentar e nutricional do país.

O Planapo não age de forma isolada. Ele se articula com outras iniciativas governamentais relevantes, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Plano Brasil Sem Fome, o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, o Programa Nacional de Cozinha Solidária e o Programa Terra da Gente. Em conjunto, essas iniciativas buscam assegurar o direito à alimentação saudável, combatendo a fome e a insegurança alimentar que ainda afetam milhões de brasileiros. Quando as pessoas não têm acesso a comida de qualidade, muitas acabam consumindo produtos ultraprocessados, prejudiciais à saúde. Evidências científicas mostram que o consumo regular desses produtos está relacionado ao aumento de doenças como diabetes, hipertensão e obesidade, além de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade.

Ampliar a produção e o consumo de alimentos saudáveis, livres de veneno e de modificações genéticas, é essencial para reverter esse quadro. Ao incentivar uma alimentação diversificada e culturalmente adequada, o Planapo contribui não apenas para o combate à fome, mas também para a melhoria da saúde pública, reduzindo os impactos negativos da má nutrição.

A retomada do Planapo (2024–2027) representa um passo estratégico para a construção de um sistema alimentar justo, sustentável e democrático, que valoriza os saberes tradicionais e a diversidade produtiva. Para isso, é necessário fortalecer a relação entre sociedade e natureza, garantindo uma produção que respeite o meio ambiente e as pessoas. O plano reconhece o papel essencial de agricultores(as) familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, além da participação central de mulheres e jovens nesse processo, integrando conhecimentos ancestrais com inovações que beneficiam toda a sociedade.

Com o Planapo, o Brasil avança na direção de um modelo de desenvolvimento rural que promove uma agricultura capaz de alimentar sem devastar, gerar saúde em vez de doença e construir as bases de um futuro mais justo, solidário e sustentável para as próximas gerações.

Eixo 1 - Produção

A Força da Agroecologia na Construção de um Futuro Sustentável

A produção orgânica e agroecológica é um pilar essencial para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, que cuida do meio ambiente, movimenta a economia e valoriza as culturas locais. No Brasil, esse modelo está diretamente ligado a dois princípios fundamentais: o direito à alimentação adequada e saudável para todos e a segurança e soberania alimentar.

Quem está liderando essa transformação? São os(as) agricultores(as) familiares, comunidades rurais e tradicionais que mantêm vivos saberes ancestrais e práticas sustentáveis. Povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, agricultores(as) urbanos e periurbanos são os(as) verdadeiros(as) protagonistas dessa mudança, organizando-se em seus territórios para promover uma agricultura mais justa e ecológica.

É nessas localidades que as políticas públicas ganham vida, impulsionadas pela força das redes comunitárias, dos movimentos sociais e das organizações civis. Quando falamos de produção sustentável, alguns pontos são especialmente importantes: acesso ao crédito rural e ao seguro agrícola; redução do uso de agrotóxicos; ampliação da utilização de bioinsumos naturais; sistemas eficientes de controle da produção orgânica; e reconhecimento do papel central das mulheres rurais no desenvolvimento da agricultura familiar.

Essa abordagem territorial mostra que a verdadeira transformação do sistema alimentar começa na base, valorizando quem produz comida de verdade ao mesmo tempo em que protege nossos recursos naturais e culturas tradicionais. É um modelo que conecta passado e futuro, demonstrando que é possível alimentar o país de forma saudável, justa e com respeito à natureza.

Financiamento e Seguro Rural

O financiamento e a proteção para agricultores(as) familiares que adotam práticas sustentáveis contam com instrumentos importantes, mas ainda enfrentam desafios significativos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece linhas de crédito específicas para a produção orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade, com condições diferenciadas que beneficiam esses sistemas produtivos.

No entanto, muitos(as) agricultores(as) ainda encontram obstáculos para acessar esses recursos. A complexidade dos trâmites burocráticos, a falta de assistência técnica e extensão rural qualificada e a ausência de formulários adaptados aos sistemas agroecológicos dificultam a obtenção de crédito. Além disso, os agentes financeiros muitas vezes não estão suficientemente preparados para atender às particularidades desses modelos produtivos sustentáveis.

No campo da proteção rural, o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) representa um avanço ao considerar as especificidades da agricultura familiar, como os cultivos consorciados e o uso de sementes tradicionais. Contudo, permanece a necessidade de desenvolver mecanismos de seguro de renda específicos para a produção orgânica e agroecológica, que não dependam necessariamente do acesso ao crédito — uma demanda histórica que ainda aguarda implementação.

Superar essas limitações exigirá esforços coordenados para simplificar processos, capacitar técnicos(as) e agricultores(as) e criar instrumentos financeiros mais adequados à realidade da produção sustentável. Medidas como essas são essenciais para impulsionar a transição agroecológica, assegurando crédito acessível e proteção contra riscos — pilares que sustentam a viabilidade econômica da agricultura familiar, a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais.

O Papel Estratégico do Fomento à Agroecologia

O apoio financeiro direto constitui alicerce indispensável para consolidar a produção orgânica e agroecológica em nosso país. Quando bem planejadas e executadas, as políticas de incentivo transformam-se em poderosas alavancas para uma mudança real nos sistemas produtivos, protegendo ecossistemas, garantindo alimentos saudáveis à população e fortalecendo agricultores(as) familiares frente aos impactos das mudanças climáticas.

Governo e sociedade civil convergem nesse ponto: investir em redes de agricultores(as) tem se mostrado extremamente eficaz. Esses incentivos não apenas fortalecem iniciativas locais já existentes como também estimulam o surgimento de novas organizações comprometidas com a agricultura sustentável. Pesquisas recentes comprovam o impacto positivo dessas políticas, embora ainda seja necessário expandir consideravelmente tanto o apoio institucional quanto os recursos financeiros disponíveis, diante da elevada demanda existente no campo.

Um dos melhores exemplos é o Programa Ecoforte, criado em edições anteriores do Planapo. Financiado pelo Fundo Sociambiental e pelo Fundo Amazônia, com gestão da Fundação Banco do Brasil e do BNDES, o programa destinou recursos não reembolsáveis a projetos territoriais de agroecologia, extrativismo e produção orgânica em todo o país, sempre com base nas demandas locais. Essa experiência demonstrou como o fomento bem direcionado pode gerar transformações concretas nos territórios rurais.

O grande desafio agora é ampliar iniciativas como essa, garantindo que os recursos cheguem de forma rápida e desburocratizada às mãos dos(as) agricultores(as). Só assim será possível acelerar a transição para uma agricultura sustentável em larga escala.

O Avanço dos Agrotóxicos e a Urgência por Mudanças

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam um cenário preocupante: o uso de agrotóxicos cresceu 20,5% nos estabelecimentos rurais, tornando-se uma das principais despesas para 1,7 milhão de produtores — sobretudo em propriedades médias e grandes. Essa tendência se agravou nos últimos anos, com o registro de 2.182 novos agroquímicos entre 2019 e 2023. Chama atenção o fato de que 30% dessas substâncias são proibidas na Europa e 20% são classificadas como altamente tóxicas para a saúde humana.

Os impactos desse modelo ultrapassam as lavouras. Terras indígenas, comunidades quilombolas, áreas rurais e até escolas do campo estão cada vez mais expostas aos riscos desses químicos. A contaminação alcança rios, nascentes e lagos, ameaçando ecossistemas inteiros e a saúde das populações que deles dependem.

Enquanto isso, o mercado global de bioinsumos — alternativas naturais para o aumento da fertilidade do solo e controle de pragas e doenças — avança, mas muitos(as) agricultores(as) e técnicos(as) ainda não têm acesso ou conhecimento sobre essas soluções. A transição para modelos agroecológicos esbarra na dependência de pacotes tecnológicos baseados em agrotóxicos, fertilizantes químicos e transgênicos, que seguem dominando a assistência técnica convencional.

A esperança de mudança está na implementação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), concebido como estratégia central para reverter o atual modelo, promover práticas sustentáveis e reduzir os danos à saúde e ao meio ambiente. É urgente, também, fortalecer políticas que ampliem o acesso a bioinsumos, capacitem técnicos(as) e agricultores(as) e protejam os territórios mais vulneráveis dos impactos dos agrotóxicos. O futuro da alimentação saudável e do equilíbrio ambiental depende dessas escolhas.

Bioinsumos: A Chave para uma Agricultura Sustentável e Autônoma

O Brasil vem assistindo a uma mudança significativa em seus sistemas produtivos, com os bioinsumos conquistando espaço em diferentes biomas e modelos agrícolas. Essa transição ganhou força com a criação do Programa Nacional de Bioinsumos em 2020, fruto de uma meta estabelecida no Planapo 2016–2019. O programa, regulamentado pelo Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, representa um marco na política agrícola brasileira ao promover alternativas ecológicas aos insumos convencionais.

Coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio de um Conselho Estratégico, o programa tem a missão de articular políticas públicas que incentivem o desenvolvimento e a utilização desses insumos naturais. Seu objetivo é claro: transformar a produção rural em um modelo mais sustentável, reduzindo a dependência de produtos químicos e fortalecendo a segurança alimentar do país.

Os bioinsumos são muito mais que simples alternativas aos agrotóxicos: representam a base de sistemas produtivos verdadeiramente ecológicos. Quando produzidos e geridos por cooperativas e associações da agricultura familiar, como propõe a agroecologia, promovem autonomia produtiva, reduzem custos e fortalecem as economias locais.

Persistem, no entanto, desafios críticos. Muitos(as) agricultores(as) ainda têm dificuldade de acesso a esses insumos de maneira adequada. Superar essa limitação exige investimentos robustos em pesquisa, atualização das normas que regulam o setor e, sobretudo, capacitação técnica, já que grande parte dos(as) profissionais do campo ainda não está preparada para orientar sobre o uso eficiente dessas alternativas.

O caminho para consolidar essa revolução agrícola passa pelo fortalecimento das redes locais de produção e distribuição de bioinsumos, aliado a políticas públicas que incentivem sua adoção em larga escala. Só assim será possível afirmar um modelo agrícola que concilie produtividade com saúde humana e equilíbrio ambiental.

Garantindo a Qualidade dos Alimentos Orgânicos no Brasil

O Brasil conta com um sistema diversificado para assegurar a qualidade dos produtos orgânicos, estabelecido pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, que regulamenta a Lei nº 10.831/2003 (Lei da Agricultura Orgânica). Esse sistema oferece três modalidades de verificação: a certificação por auditoria, realizada por empresas especializadas; os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), em que grupos de produtores avaliam conjuntamente o cumprimento das normas; e as Organizações de Controle Social (OCS), voltadas para agricultores(as) familiares que comercializam diretamente com os(as) consumidores(as). Em 2024, o cadastro nacional registrava 41 SPGs envolvendo 8.700 agricultores(as), 437 OCS com 5.000 produtores(as) e 10 certificadoras que atendiam 11.500 agricultores(as).

Apesar dessa estrutura, persistem muitos desafios para ampliar o acesso dos(as) agricultores(as) aos mecanismos de garantia da qualidade orgânica. A complexidade dos processos burocráticos, a escassez de assistência técnica especializada e a falta de recursos para fiscalização e cadastramento acabam excluindo parte dos(as) produtores(as). Essa situação é particularmente crítica para os sistemas participativos (SPG e OCS), que dependem de maior apoio institucional para se consolidarem como alternativas viáveis à certificação por auditoria.

Um dos obstáculos mais significativos está relacionado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que oferece adicional de 30% para produtos orgânicos certificados. A dificuldade em obter a certificação faz com que muitos(as) agricultores(as) percam esse benefício, optando por comercializar sua produção sem o selo orgânico. Além disso, o marco regulatório atual não contempla adequadamente os produtos em transição agroecológica, criando uma lacuna que precisa ser urgentemente superada.

Para transformar esse cenário, é fundamental investir na simplificação dos processos, no fortalecimento da assistência técnica rural especializada e no desenvolvimento de mecanismos específicos para produtos em transição. Com essas medidas, um número

maior de agricultores(as) poderá comprovar a qualidade de seus produtos, acessar mercados diferenciados e receber melhores preços por sua produção, ao mesmo tempo em que se fortalece a oferta de alimentos saudáveis em todo o país.

Mulheres: Pilares da Transformação Agroecológica no Brasil

O movimento agroecológico brasileiro tem destacado, cada vez mais, o papel fundamental das mulheres na construção de sistemas alimentares sustentáveis. Como guardiãs de saberes ancestrais e práticas agrícolas harmoniosas com a natureza, elas integram cuidados ambientais em todas as etapas da produção — do cultivo ao processamento e ao consumo de alimentos. Seu trabalho vai além da esfera produtiva, abrangendo também a manutenção da biodiversidade, a preservação de sementes crioulas e o cultivo de plantas medicinais.

Apesar dessa contribuição essencial, persistem desafios significativos em relação à equidade de gênero no meio rural. As mulheres enfrentam desigualdades no acesso ao crédito, a recursos produtivos e a políticas de fomento, muitas vezes sem autonomia sobre os financiamentos familiares. Essa realidade reflete uma divisão sexual do trabalho que precisa ser constantemente questionada e transformada para que a agroecologia floresça em toda sua potencialidade.

As edições anteriores do Planapo trouxeram avanços importantes, como a instituição de cotas — 50% para atendimento de mulheres nos serviços de assistência técnica e 30% de participação feminina nas equipes de trabalho. Essas conquistas demonstram o reconhecimento crescente das mulheres como sujeitos centrais no processo de transição agroecológica.

Para consolidar esses avanços, é preciso ir além. É fundamental criar políticas específicas que valorizem os espaços tradicionais de atuação feminina — como quintais produtivos, cozinhas comunitárias e criações de pequenos animais — e que ajudem a reduzir a sobrecarga do trabalho de cuidados que recai sobre as mulheres rurais. A ampliação de recursos orçamentários para a Política Nacional de Agroecologia (Pnapo) será crucial para garantir maior abrangência territorial e beneficiar mais agricultoras nos próximos anos.

Reconhecer e fortalecer o protagonismo das mulheres não apenas promove justiça de gênero, mas também consolida toda a rede de produção de alimentos saudáveis. Sua atuação multifacetada — como agricultoras, cuidadoras, guardiãs de sementes e transmissoras de saberes — faz delas agentes insubstituíveis na reprodução da vida e na construção de sistemas alimentares verdadeiramente sustentáveis e justos. O futuro da agroecologia no Brasil passa, necessariamente, pelo pleno reconhecimento e valorização do trabalho das mulheres.

Agricultura Urbana e Periurbana: Cultivando Cidades Mais Sustentáveis e Justas

No cenário atual de desafios globais, a agricultura urbana e periurbana emerge como

solução multifacetada que vem ganhando espaço nas políticas públicas brasileiras. Mais do que uma alternativa produtiva, essa prática se revela uma ferramenta poderosa no combate à fome, na promoção da segurança alimentar e na criação de cidades mais resilientes.

A criação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (2023) representa um avanço significativo, integrando-se às políticas de segurança alimentar e agroecologia para ampliar o acesso a alimentos saudáveis nas áreas urbanas. Essa iniciativa ganha ainda mais força com a Estratégia Alimenta Cidade, que tem potencial para beneficiar aproximadamente 60 milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade, articulando ações governamentais com as particularidades de cada território.

Para que essas políticas alcancem seu pleno potencial, é fundamental fortalecer a participação social e a integração entre diferentes áreas governamentais. A articulação com ministérios como Cidades, Saúde e Educação pode transformar hortas urbanas em ferramentas pedagógicas, espaços de promoção da saúde e elementos estruturantes do planejamento urbano.

Um dos grandes desafios está em incorporar a agricultura urbana nos planos diretores municipais e nos programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essa institucionalização permitiria que os alimentos produzidos nas cidades chegassem às escolas, hospitais e equipamentos públicos, criando circuitos curtos de comercialização e fortalecendo economias locais.

Ao transformar terrenos ociosos em áreas produtivas, a agricultura urbana não apenas melhora o acesso a alimentos frescos e nutritivos, mas também contribui para a gestão de resíduos orgânicos, o aumento da biodiversidade e a criação de cidades mais verdes e adaptadas às mudanças climáticas. Seu potencial vai além da produção de alimentos: cultiva comunidades mais unidas, saudáveis e resilientes.

Agroindústria Familiar e os Desafios da Inclusão Sanitária

As pequenas agroindústrias familiares que processam alimentos orgânicos e agroecológicos enfrentam um conjunto complexo de desafios para se regularizarem e acessarem os mercados formais. As normas sanitárias, criadas originalmente para grandes indústrias alimentícias, impõem exigências técnicas e burocráticas muitas vezes incompatíveis com a realidade da agricultura familiar e da produção em pequena escala.

Produtos como queijos artesanais, embutidos caseiros, polpas de frutas e farinhas tradicionais — parte do patrimônio cultural alimentar brasileiro — estão entre os mais afetados por essa inadequação regulatória. A rigidez das normas marginaliza saberes e técnicas de processamento transmitidos por gerações, que são fundamentais para a segurança alimentar e nutricional de agricultores(as) familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, colocando em risco a autonomia econômica e a diversidade cultural.

Além das questões regulatórias, esses empreendimentos familiares e comunitários enfrentam outros obstáculos significativos: dificuldade em manter padrões de qualidade consistentes em pequena escala, falta de infraestrutura adequada para armazenamento e

distribuição, acesso limitado a linhas de crédito apropriadas e carência de capacitação técnica para gestão dos negócios.

Superar esses desafios exige uma abordagem integrada por parte das políticas públicas. É necessário desenvolver regulamentos sanitários mais adequados à realidade da agricultura familiar, oferecer assistência técnica especializada, criar mecanismos financeiros adaptados e fortalecer os circuitos curtos de comercialização. A integração dessas agroindústrias com programas governamentais de compras institucionais também se mostra um caminho promissor.

Quando devidamente apoiadas, essas pequenas agroindústrias familiares revelam-se vetores fundamentais do desenvolvimento territorial sustentável. Elas valorizam os saberes tradicionais, promovem soberania alimentar, geram trabalho e renda no campo e oferecem à população alimentos saudáveis, culturalmente adequados e produzidos com respeito ao meio ambiente. A construção de um marco regulatório mais inclusivo para essas atividades representa um passo essencial para sistemas alimentares mais justos e sustentáveis no Brasil.

Eixo 2 – Uso e Conservação da Agrobiodiversidade e da Natureza

Os efeitos das mudanças climáticas representam um dos maiores desafios da nossa época, com impactos diretos sobre a agricultura, a segurança alimentar e a qualidade de vida da população. A forma como produzimos nossos alimentos pode tanto agravar quanto mitigar esses efeitos, especialmente porque as populações mais vulneráveis são as que mais sofrem com as alterações no clima. Diante desse cenário, torna-se urgente repensar nossa relação com a natureza, adotando sistemas agrícolas agroecológicos que, além de produzirem alimentos saudáveis, contribuem para o sequestro de carbono e a regeneração dos ecossistemas.

Um dos grandes desafios atuais é ampliar e consolidar práticas que promovam a conservação e o uso sustentável da agrobiodiversidade. Neste momento de crise climática, é fundamental que o Planapo dialogue com outras iniciativas governamentais, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB Brasil). Essa integração entre políticas públicas é essencial para gerar soluções eficazes, capazes de enfrentar os complexos desafios ambientais da atualidade e, ao mesmo tempo, construir sistemas alimentares mais resilientes e justos.

Sementes da Autonomia - a importância dos recursos genéticos na agroecologia

O acesso a sementes e mudas adaptadas constitui um dos pilares da soberania alimentar no Brasil. Esses recursos genéticos carregam não apenas o potencial produtivo, mas também uma história cultural e identitária dos povos do campo, das águas, das florestas e das cidades.

No entanto, garantir a disponibilidade de sementes crioulas e variedades locais permanece como um dos principais desafios para a consolidação da agroecologia no país.

A realidade atual apresenta dois grandes eixos de dificuldade: de um lado, a escassez de sementes orgânicas certificadas; de outro, a necessidade de fortalecer as redes locais que trabalham com o resgate, a conservação e a multiplicação das sementes crioulas e tradicionais. Essa situação se agrava diante da ameaça constante da contaminação por transgênicos e agrotóxicos, o que exige medidas rigorosas de biossegurança para proteger os territórios voltados à transição agroecológica e ao manejo sustentável dos recursos naturais.

Nesse contexto, o papel dos guardiões da agrobiodiversidade — especialmente mulheres, jovens, anciões, povos indígenas e comunidades tradicionais — revela-se insubstituível. São eles que, ao longo de gerações, mantêm viva a riqueza genética que alimenta o país. O Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar (PNSMAF), criado em 2015, representou um avanço ao apoiar cerca de 700 bancos comunitários de sementes e beneficiar mais de 12 mil agricultores(as) familiares.

Contudo, os últimos anos demonstraram a necessidade de ampliar e integrar as diversas iniciativas públicas e sociais voltadas para essa causa. É fundamental estabelecer estratégias conjuntas de execução e avaliação que envolvam governos federal e estaduais, redes de agroecologia e guardiões da agrobiodiversidade. Somente assim será possível garantir que as sementes da autonomia continuem florescendo em todos os territórios brasileiros, alimentando não apenas o presente, mas também o futuro da agricultura sustentável.

Regularização e recuperação ambiental

Muitas famílias agricultoras enfrentam o desafio de regularizar e recuperar áreas de preservação permanente e reserva legal em suas propriedades. Uma solução promissora é a implantação de sistemas agroflorestais, que combinam o cultivo de árvores com a produção de alimentos. Além de ajudar a regenerar o meio ambiente, esses sistemas geram renda para os(as) agricultores(as), unindo conservação e sustento.

Nos assentamentos rurais, a proteção dessas áreas exige ação conjunta: órgãos públicos devem atuar em parceria com os(as) agricultores(as), oferecendo assistência técnica para encontrar soluções que beneficiem tanto a natureza quanto as famílias.

Outro ponto crucial é a compensação por serviços ambientais — tema que ganhou força com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que instituiu a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA). Ainda falta regulamentação, mas a proposta é valorizar práticas que protegem os recursos naturais, como a agroecologia, a produção orgânica e o manejo sustentável da sociobiodiversidade. Esses sistemas não apenas preservam água, solo e biodiversidade, mas também fortalecem a agricultura familiar, demonstrando que é possível produzir alimentos, conservar a biodiversidade e promover serviços ecossistêmicos.

Energias Renováveis

A transição para fontes de energia limpa é essencial no combate às mudanças climáticas, mas precisa ser conduzida com responsabilidade. Grandes projetos de energia renovável, quando implantados sem consulta às comunidades locais ou sem políticas de proteção adequadas, podem gerar impactos ambientais e sociais negativos, afetando a saúde e a qualidade de vida de agricultores familiares e povos tradicionais. Por isso, é indispensável criar regras claras para esses megaprojetos, garantindo o respeito aos direitos das comunidades.

Uma alternativa promissora é a microgeração de energia em pequena escala, desenvolvida por famílias e comunidades. Essa solução assegura autonomia energética e pode se tornar uma fonte de renda. No entanto, para que se consolide, é necessário investir em tecnologias sociais acessíveis e criar normas que incentivem o uso dessas soluções sustentáveis.

Segurança Hídrica

A escassez de água e os eventos climáticos extremos têm intensificado a preocupação com a segurança hídrica. Para enfrentar esse desafio, é essencial adotar tecnologias que permitam captar, armazenar e reutilizar a água de forma inteligente, assegurando seu uso sustentável na agricultura e no cotidiano das famílias. A conservação do solo e da água é igualmente fundamental para aumentar a resiliência diante das mudanças climáticas.

Outro problema grave é a contaminação de rios e lençóis freáticos por agrotóxicos, nitratos e outras substâncias tóxicas. Isso demanda ações urgentes para proteger e recuperar as fontes de água, tanto para o consumo humano quanto para a produção agrícola. Iniciativas locais e tecnologias sociais podem ter papel estratégico nesse processo, ajudando a preservar a água para as próximas gerações.

Eixo 3 – Construção do Conhecimento e Comunicação

A agroecologia vai além de uma forma de cultivo: é um processo de aprendizado coletivo que une saberes populares, tradicionais, técnicos e científicos. O Planapo reconhece que a inclusão de mulheres e jovens rurais, a educação no campo e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) são peças-chave para impulsionar a agroecologia, a produção orgânica e a sociobiodiversidade.

Para que essa transição aconteça, é necessário criar espaços de inovação social em que agricultores(as), técnicos(as), pesquisadores(as) e comunidades troquem experiências e desenvolvam soluções conjuntas. Essas iniciativas devem valorizar os conhecimentos locais, ao mesmo tempo em que incorporam novas descobertas científicas adaptadas à realidade de cada território. Entretanto, persistem desafios importantes: muitas áreas rurais ainda carecem de infraestrutura adequada e de profissionais qualificados para a Ater. Apesar dos avanços já conquistados, os(as) jovens — essenciais para o futuro do setor

agrícola — precisam de mais incentivos para permanecer no campo, como acesso a ensino contextualizado de qualidade e oportunidades de geração de renda.

A pesquisa e a inovação são fundamentais para transformar nosso sistema alimentar em um modelo mais justo, saudável e sustentável. Mas esse conhecimento precisa ser acessível a todos: desde quem planta até quem consome. Por isso, comunicar de forma clara e acessível sobre agroecologia é tão importante quanto desenvolvê-la — somente assim toda a sociedade poderá participar dessa mudança.

A importância da Assistência Técnica e Extensão Rural pública e inclusiva para a agricultura familiar

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública é um pilar essencial para apoiar a agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis. Nos últimos anos, esse serviço enfrentou sérios desafios, como falta de recursos, desvalorização dos profissionais e redução no número de extensionistas. O Censo Agropecuário de 2017 evidenciou que o Brasil possuía 3.897.408 estabelecimentos da agricultura familiar, dos quais apenas 18,2% declararam receber assistência técnica — aproximadamente 709.328 agricultores(as), um número ainda insuficiente diante da demanda.

A partir de 2023, com a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), iniciou-se um esforço conjunto entre diferentes parceiros — como redes de Ater, empresas públicas estaduais, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), universidades e instituições federais — para fortalecer e ampliar esse serviço. O objetivo é diversificar as ações de Ater, priorizando a agroecologia, a inclusão social e a produção de alimentos saudáveis.

Para que essa iniciativa tenha êxito, é necessário investir na formação de extensionistas, garantindo que estejam preparados para aplicar os princípios da Política Nacional de Ater (Pnater) e da agroecologia. Isso implica valorizar os saberes tradicionais das comunidades, promover a equidade social e adotar metodologias participativas que incentivem a organização coletiva no campo.

Outro desafio urgente é superar problemas como a desarticulação entre instituições, a descontinuidade de políticas públicas, o excesso de burocracia e a rigidez dos métodos de trabalho. Somente com uma Ater mais ágil, integrada e adaptada à realidade dos(as) agricultores(as) será possível avançar na transição para uma agricultura mais justa e sustentável.

Avanços e desafios na educação agroecológica no Brasil

Nos últimos anos, os Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEAs) têm sido fundamentais para impulsionar o ensino, a pesquisa e a extensão em agroecologia e produção orgânica. Esses grupos, formados por universidades, institutos de pesquisa e organizações públicas, aproximaram agricultores(as), pesquisadores(as) e professores(as), especialmente durante

as primeiras edições do Planapo. Para manter esse progresso, é essencial consolidar os editais de financiamento, ampliando o número de instituições apoiadas e garantindo recursos permanentes. Os NEAs fortalecem a parceria entre o meio acadêmico e as comunidades rurais, consolidando a agroecologia como caminho para uma agricultura sustentável.

Na educação formal, os números revelam conquistas, mas também desigualdades. Enquanto 186 instituições oferecem 414 cursos de Agronomia no país, apenas 33 instituições oferecem 50 cursos de licenciatura em Educação do Campo, e existem 43 cursos superiores em Agroecologia reconhecidos pelo MEC (34 tecnólogos e 9 bacharelados), conforme aponta o Censo da Educação Superior (2023).

Esses dados demonstram crescimento, mas persistem desafios: muitas dessas instituições enfrentam problemas de infraestrutura, e as zonas rurais sofrem com baixa escolaridade e o fechamento de escolas nos últimos anos.

Para mudar esse quadro, é preciso investir na formação de professores(as) e estudantes com conteúdos que abordem os sistemas alimentares sustentáveis. A agroecologia deve estar presente no currículo desde o ensino fundamental, criando uma base sólida de conhecimento desde cedo. No ensino médio, as escolas agrotécnicas e os Centros Familiares de Formação por Alternância — que combinam períodos na escola e em casa — são modelos importantes que respeitam as realidades locais. Já no ensino superior, além de fortalecer os cursos específicos de agroecologia, é crucial integrar esses conceitos em todas as graduações das ciências agrárias, preparando melhor os(as) futuros(as) profissionais para os desafios da sustentabilidade na agricultura.

Essas mudanças na educação são vitais para formar uma nova geração capaz de pensar a produção de alimentos em harmonia com a natureza, garantindo comida saudável no prato e um futuro mais inclusivo e ecológico para o campo brasileiro.

O desafio de manter os jovens no campo e o papel da agroecologia

O campo brasileiro enfrenta um desafio persistente: a migração de jovens para as cidades, impulsionada pela falta de acesso à educação de qualidade, pela infraestrutura precária e pela escassez de oportunidades de trabalho e renda. No entanto, um movimento importante vem ganhando força, com a juventude rural se organizando para construir alternativas que permitam sua permanência no território com dignidade e perspectivas de futuro.

Pesquisas indicam que o êxodo rural diminui quando políticas públicas efetivas chegam ao campo, mostrando que os(as) jovens permanecem quando encontram condições reais de vida e autonomia. Nesse cenário, a agroecologia e a produção orgânica emergem como bandeiras centrais, representando para jovens agricultores(as), pescadores(as), ribeirinhos(as) e extrativistas não apenas uma forma de geração de renda, mas um projeto de vida alinhado a seus valores e à natureza. Essa transformação exige ações concretas, começando pelo acesso à terra, requisito fundamental para que os(as) jovens possam estabelecer suas unidades produtivas. Igualmente crucial é fortalecer a educação do

campo, com currículos que dialoguem com a realidade rural e preparem a juventude para seus desafios.

Além disso, o apoio técnico por meio de uma Ater agroecológica qualificada e políticas de financiamento adaptadas às necessidades específicas da juventude rural são indispensáveis. Quando desenvolvidas com enfoque territorial e em diálogo com organizações juvenis, essas iniciativas podem transformar o campo em um espaço de realização pessoal e coletiva, onde os(as) jovens possam desenvolver seus projetos de vida sem abrir mão de suas raízes e identidades.

Inovação Agroecológica e a Transformação dos sistemas alimentares

A agroecologia propõe uma revolução na forma de produzir alimentos, colocando agricultores(as) familiares no centro desse processo de inovação. Esses(as) agricultores(as), com seu conhecimento prático e engenhosidade, já desenvolvem soluções criativas para os desafios do campo. O grande desafio agora é ampliar essas experiências bem-sucedidas, transformando-as em mudanças estruturais em todo o sistema alimentar.

Para isso, é essencial desenvolver tecnologias adaptadas à realidade da agricultura familiar, que valorizem diferentes formas de produção em harmonia com a natureza. As tecnologias sociais — soluções adequadas e eficazes criadas pelas próprias comunidades — têm papel especial nesse processo. Além disso, é necessário conectar iniciativas locais em redes nacionais, fortalecendo sua capacidade de influenciar políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação.

No âmbito do Planapo, pesquisas e inovações estão focadas em soluções que auxiliem agricultores(as) familiares a consolidar suas práticas agroecológicas. Esse conhecimento precisa ser compartilhado de forma acessível, permitindo que mais famílias adotem essas técnicas e acelerem a transição para sistemas produtivos sustentáveis.

Três eixos são particularmente relevantes: o desenvolvimento de máquinas e equipamentos adequados à escala familiar, a produção de bioinsumos (como fertilizantes e defensivos naturais) e as práticas de manejo e conservação da agrobiodiversidade. Essas inovações devem ser construídas em diálogo com os(as) agricultores(as) familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, respeitando os saberes locais e as especificidades de cada território. Quando combinamos conhecimento tradicional com inovação científica, criamos condições inovadoras para um sistema alimentar sustentável, que produz alimentos saudáveis ao mesmo tempo em que cuida das pessoas e do meio ambiente.

Desafios e caminhos da construção dos saberes agroecológicos

A agroecologia se fortalece quando unimos conhecimento técnico à prática cotidiana, mas ainda há barreiras a superar. Muitos(as) profissionais que atuam diretamente com agricultores(as), especialmente agentes de Ater, necessitam de formação mais aprofundada em temas cruciais, como metodologias de construção do conhecimento agroecológico, questões de gênero, juventude, relações étnico-raciais e práticas de diálogo entre diferentes saberes.

Um desafio persistente é a desigualdade de gênero no campo, onde tradicionalmente se atribui aos homens o papel central nas atividades produtivas. Essa realidade precisa mudar, garantindo maior espaço e reconhecimento para as mulheres nos processos de formação, capacitação e construção do conhecimento agroecológico. Afinal, a transformação dos sistemas alimentares deve ser inclusiva e representar toda a diversidade do campo brasileiro.

Outro obstáculo significativo é o desconhecimento da agroecologia pela maioria da população. Para enfrentar essa situação, precisamos criar estratégias de comunicação claras, criativas e acessíveis, que traduzam para a sociedade a urgência e os benefícios de produzir e consumir alimentos saudáveis, provenientes de sistemas que respeitam os ciclos naturais, protegem a biodiversidade e promovem o bem viver. Campanhas educativas envolvendo escolas, comunidades, governos e organizações sociais podem popularizar esses conceitos.

É fundamental documentar e compartilhar experiências bem-sucedidas, garantindo que o conhecimento agroecológico circule de forma democrática. Só assim será possível construir uma cultura alimentar mais consciente, em que produtores e consumidores compreendam seu papel na construção de sistemas alimentares justos e sustentáveis.

Eixo 4 – Comercialização e Consumo

No Brasil, os alimentos orgânicos ainda são mais consumidos por pessoas com maior poder aquisitivo, o que evidencia a importância de criar políticas que tornem esses produtos acessíveis a toda a população. Para que isso se concretize, é necessário superar desafios como melhorar a infraestrutura de transporte e armazenamento, além de fortalecer grupos de agricultores(as) familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que produzem esses alimentos.

Cooperativas e associações de pequenos agricultores desempenham papel fundamental nesse processo, pois organizam a produção e a distribuição. Uma grande oportunidade para ampliar o acesso a alimentos orgânicos e agroecológicos está nos programas de compra governamental, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas iniciativas incentivam a venda direta dos produtores locais, reduzem custos e garantem preços mais justos tanto para quem planta quanto para quem consome.

Além disso, a integração entre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Pnab) é essencial para consolidar uma rede de apoio que beneficie tanto agricultores(as) familiares, assegurando remuneração justa, quanto consumidores(as) de baixa renda, ampliando o acesso a alimentos saudáveis a preços acessíveis. Dessa forma, o país avança na promoção da segurança alimentar e no direito de todos a uma alimentação de qualidade para todos(as).

Comercialização e Abastecimento: Fortalecendo a Agricultura Familiar e o Acesso a Alimentos Saudáveis

Para ampliar o consumo de alimentos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade, é essencial fortalecer a agricultura familiar, incluindo comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, tanto nas áreas rurais quanto urbanas e periurbanas. Isso envolve melhorar a infraestrutura de transporte e armazenamento, aprimorar a gestão dos canais de venda e garantir financiamento adequado para a agricultura familiar e pequenos(as) produtores(as).

Os programas governamentais de compra de alimentos, como os mercados institucionais, ainda contemplam uma quantidade reduzida de produtos orgânicos e agroecológicos. O Planapo precisa alterar essa realidade, criando condições para que mais alimentos sustentáveis cheguem às escolas, hospitais e outros equipamentos públicos. Outro passo importante é reconhecer e apoiar os(as) agricultores(as) em fase de transição agroecológica, assegurando que tenham acesso a políticas de incentivo e à devida regulamentação.

Um desafio urgente é garantir que os municípios cumpram a lei que determina que 30% dos alimentos fornecidos às escolas venham da agricultura familiar — meta ainda não alcançada em muitas localidades. Além disso, é fundamental construir um sistema de abastecimento agroecológico capaz de combater a fome com alimentos nutritivos e de qualidade, preparando a produção agrícola para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

O Plano Nacional de Abastecimento Alimentar (Pnab) é peça-chave dessa estratégia, pois integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), criado para garantir o direito à alimentação adequada. Com políticas bem estruturadas, é possível unir produção sustentável, acesso justo e resiliência climática, beneficiando tanto quem produz quanto quem consome.

Encurtando Distâncias: Circuitos Curtos e Consumo Consciente

A desconexão entre quem produz e quem consome trouxe consequências graves: fragilizou a autonomia de agricultores(as) familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, além de desestruturar hábitos alimentares culturais e históricos. Para reverter esse quadro, é fundamental fortalecer a venda direta e os mercados locais e regionais — não apenas para garantir alimentação saudável, mas também para reconstruir vínculos entre campo e cidade.

O Planapo tem papel estratégico nessa transformação, ao apoiar redes de economia solidária e facilitar o acesso de produtos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade diretamente aos consumidores, sobretudo às famílias de baixa renda.

Uma estratégia prioritária é fomentar os circuitos curtos de comercialização. Isso inclui a criação e ampliação de feiras livres, centrais de distribuição e grupos de consumo consciente. Em paralelo, é necessário simplificar os sistemas de certificação, tornando-os mais acessíveis, de modo que os(as) agricultores(as) familiares possam vender seus

alimentos com menos burocracia — seja diretamente ao consumidor, seja para programas de compras públicas, como o da merenda escolar.

Essa abordagem fortalece a renda de quem produz e garante alimentos frescos e nutritivos a preços justos, ao mesmo tempo em que reforça a segurança alimentar e a economia local. É um passo concreto para a construção de um sistema alimentar mais justo, sustentável e conectado com a diversidade do Brasil.

Eixo 5 – Terra e Território

A discussão sobre terra e territórios precisa ocupar um lugar central no Planapo. Os territórios brasileiros são muito mais do que porções geográficas: são espaços que carregam identidades culturais, histórias de resistência e abrigam comunidades de produção e práticas, além de serem áreas estratégicas para a expansão da agroecologia. Por isso, são fundamentais para conciliar a produção de alimentos saudáveis com a proteção dos biomas brasileiros - Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal.

Neles, comunidades tradicionais, agricultores(as) familiares e povos indígenas já desenvolvem formas de cultivo que preservam o meio ambiente e inspiram novos modelos de sustentabilidade. Contudo, esses territórios necessitam de proteção e apoio do Estado, por meio de políticas públicas que articulem agricultura, meio ambiente, direitos humanos e inclusão social. Somente assim será possível assegurar não apenas a sobrevivência, mas o bem viver dessas populações.

Reconhecer e fortalecer esses territórios é investir em um modelo de desenvolvimento que valoriza a vida, a cultura e a natureza, criando condições para que a agroecologia se torne realidade cada vez mais presente no Brasil.

Reforma Agrária: O Caminho para uma Agricultura Mais Justa e Sustentável

A concentração fundiária no Brasil continua sendo um dos maiores entraves à justiça social no campo. Enquanto 1% dos proprietários rurais detém quase metade das terras agricultáveis, mais de 2,5 milhões de famílias seguem sem acesso a um pedaço de chão para plantar e viver. Essa desigualdade histórica exige respostas urgentes para democratizar a terra e garantir condições dignas a quem produz a alimentação do país.

Em 2024, o programa Terra da Gente representou um passo importante ao destinar R$ 520 milhões para assentar 73 mil famílias até 2026, com a meta de beneficiar 295 mil agricultores(as) familiares. Mas a democratização da terra vai além da distribuição. É indispensável acelerar a regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais, fortalecer o Incra com servidores(as) e orçamento adequados, e desburocratizar os processos de titulação. Ademais, muitos assentamentos ainda carecem de assistência técnica permanente e enfrentam limitações de acesso à água para consumo e irrigação.

A agroecologia é aliada estratégica desse processo. Ao valorizar a produção familiar e práticas como sementes crioulas, rotação de cultivos e sistemas agroflorestais, ela transforma assentamentos em exemplos de sustentabilidade. Essa abordagem preserva o meio ambiente, fortalece a autonomia de agricultores(as), amplia a renda, assegura trabalho digno e promove qualidade de vida no campo.

A reforma agrária não pode se restringir a repartir terras: precisa garantir que essas áreas se consolidem como territórios de vida próspera, capazes de alimentar o Brasil com justiça social e respeito à natureza.

Territórios Tradicionais: Resistência e Sustentabilidade no Brasil

Os territórios tradicionais são mais que espaços físicos – são territórios vivos, onde culturas ancestrais se entrelaçam à conservação ambiental. Neles, povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, e demais povos e comunidades tradicionais, desenvolveram formas únicas de manejo da terra, transmitidas por gerações, que mantêm viva a sociobiodiversidade e contribuem para a preservação dos ecossistemas.

Entretanto, esses modos de vida enfrentam ameaças permanentes: avanço predatório do agronegócio, mineração, grilagem de terras, desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e os efeitos das mudanças climáticas. Tais pressões colocam em risco não apenas culturas tradicionais, mas também soluções sustentáveis para desafios ambientais que impactam toda a humanidade.

A demarcação e proteção desses territórios são medidas urgentes e inadiáveis — não apenas como reparação histórica e garantia de direitos básicos, mas como estratégia essencial de preservação da biodiversidade e de construção de um futuro sustentável.

Valorizar e respeitar os territórios tradicionais é reconhecer que a verdadeira riqueza nacional está na diversidade — de povos, de ecossistemas e de saberes. Essa diversidade é a chave para o desenvolvimento sustentável, para a soberania alimentar e para a construção de um Brasil que se afirme no mundo como guardião da vida e da esperança.

Eixo 6 – Sociobiodiversidade

O reconhecimento do valor da sociobiodiversidade tem avançado através de políticas públicas importantes. Programas como o Coopera Mais e o Mais Gestão buscam fortalecer a organização produtiva dessas comunidades, enquanto iniciativas como os selos Quilombos do Brasil e Indígenas do Brasil ajudam a valorizar economicamente seus produtos. Estas ações representam passos significativos, mas ainda enfrentam desafios complexos que limitam seu pleno potencial.

As dificuldades logísticas surgem como um desafio inicial, já que muitas comunidades estão localizadas em regiões de difícil acesso, sem infraestrutura adequada para transporte e armazenamento de sua produção. A esse entrave soma-se o excesso de burocracia para

a comercialização, que frequentemente cria barreiras e inviabiliza a venda de produtos artesanais e tradicionais. Paralelamente, a falta de assistência técnica especializada e de pesquisas que comprovem o valor nutricional desses alimentos limita suas possibilidades de mercado. Além disso, tornam-se urgentes análises de viabilidade técnica e econômica, estudos de mercado adaptados a diferentes segmentos e a reestruturação das cadeias produtivas em Unidades de Conservação (UCs). A pressão do agronegócio e da exploração industrial sobre esses territórios se apresenta como um desafio adicional. A expansão das monoculturas e a exploração não sustentável dos recursos naturais ameaçam não apenas a diversidade biológica, mas também o conhecimento tradicional associado ao seu manejo.

Superar esses desafios exige ações integradas. Melhorar a infraestrutura de transporte e armazenamento permitiria escoar melhor a produção. Sistemas de certificação simplificados poderiam reconhecer a qualidade desses produtos sem impor exigências burocráticas incompatíveis com a realidade local. Investimentos em pesquisa científica ajudariam a comprovar e valorizar as propriedades nutricionais e medicinais desses alimentos. O fortalecimento das cadeias produtivas locais, por meio de cooperativas e pequenos empreendimentos, ampliaria a escala de produção sem perder a identidade cultural.

O potencial da sociobiodiversidade brasileira exige uma ação coordenada e contínua entre governo e sociedade, orientada para a implementação de soluções práticas que conciliem conservação ambiental com desenvolvimento socioeconômico. Esse percurso pressupõe o reconhecimento, de forma progressiva, de que a verdadeira riqueza nacional reside tanto na sociobiodiversidade quanto no patrimônio cultural imaterial dos povos que tradicionalmente a manejam e preservam.

Eixo 7 – Saúde e Cuidados com a Vida

A saúde humana está profundamente vinculada a fatores que ultrapassam o acesso a médicos e hospitais. A qualidade da alimentação, as condições de trabalho, o meio ambiente e as dinâmicas políticas e econômicas influenciam diretamente o bem-estar coletivo. No Brasil, o atual modelo de desenvolvimento – fortemente baseado no agronegócio e na mineração – tem gerado impactos alarmantes nessa equação. O uso indiscriminado de agrotóxicos, por exemplo, contamina não apenas os alimentos, mas também os solos, as águas e o ar, chegando a ser utilizado como arma em conflitos fundiários, envenenando comunidades inteiras.

Crises como a pandemia de COVID-19 e os eventos climáticos extremos – a exemplo das enchentes no Sul e das secas na Amazônia – escancaram como o desequilíbrio ambiental compromete a saúde coletiva. Esses fenômenos ampliam a insegurança alimentar, reduzem a disponibilidade de água potável, favorecem o surgimento de doenças transmitidas por vetores e impactam a saúde mental da população. Diante desse quadro, fortalecer sistemas alimentares locais e regionais, fundamentados na agroecologia, não é apenas uma alternativa: é uma necessidade urgente e estratégica.

A agroecologia representa um caminho de resistência e inovação, unindo os saberes de agricultores(as) familiares, povos indígenas, comunidades quilombolas, e demais povos e comunidades tradicionais, pesquisadores(as) e movimentos sociais. Muitas dessas experiências, articuladas com o Sistema Único de Saúde (SUS), demonstram que é plenamente possível produzir alimentos saudáveis ao mesmo tempo em que se cuida da terra e das pessoas. O grande desafio é ampliar e consolidar essa conexão entre saúde e agroecologia como eixo estruturante das políticas públicas.

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo 2024–2027) dá um passo decisivo ao incluir a saúde como um de seus eixos centrais. Essa incorporação reconhece que a verdadeira prevenção de doenças começa na forma como cultivamos nossos alimentos e protegemos nossos ecossistemas. Assim, a transição para modelos agrícolas mais justos e sustentáveis não deve ser vista apenas como pauta ambiental: trata-se, sobretudo, de uma estratégia de saúde pública e de garantia do direito fundamental à vida digna e saudável para todas as pessoas.



QUEM SE BENEFICIA COM O PLANAPO: AGRICULTORES (AS), COMUNIDADES E CONSUMIDORES

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi concebido para apoiar diferentes grupos sociais que produzem e transformam alimentos de forma sustentável. Entre os principais beneficiários estão agricultores(as) familiares, suas organizações econômicas, assentados(as) da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, bem como a juventude rural que busca adotar, fortalecer ou transitar para sistemas de produção orgânicos, agroecológicos ou baseados na sociobiodiversidade. Esses segmentos estão amparados pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define e estabelece as diretrizes para a agricultura familiar no Brasil.

Os benefícios do plano, no entanto, ultrapassam o meio rural. Também alcançam os(as) consumidores(as), sobretudo aqueles(as) atendidos(as) por programas públicos de aquisição e oferta de alimentos, como a alimentação escolar e outros serviços de segurança alimentar e nutricional. O Planapo contempla ainda micro e pequenas agroindústrias, incluindo as de base familiar localizadas em áreas urbanas e periurbanas, conforme disposto no Decreto nº 11.700, de 12 de setembro de 2023.



DIRETRIZES

O Planapo assume as mesmas diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto Nº 7.794/2012)

I - Promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde;

II - Promoção do uso sustentável dos recursos naturais, observadas as disposições que regulem as relações de trabalho e favoreçam o bem-estar de proprietários e trabalhadores;

III - Conservação dos ecossistemas naturais e recomposição dos ecossistemas modificados, por meio de sistemas de produção agrícola e de extrativismo florestal baseados em recursos renováveis, com a adoção de métodos e práticas culturais, biológicas e mecânicas, que reduzam resíduos poluentes e a dependência de insumos externos para a produção;

IV - Promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, e priorizem o apoio institucional aos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

V - Valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais, tradicionais ou crioulas;

VI - Ampliação da participação da juventude rural na produção orgânica e de base agroecológica; e

VII - Contribuição na redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres.

Estratégias e Articulação Institucional

O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) se afirma como um dos mais relevantes instrumentos de política pública voltados à transformação do sistema alimentar brasileiro. Resultado de um processo colaborativo e democrático, o plano integra esforços permanentes entre organizações da sociedade civil e diferentes esferas governamentais, consolidando-se como motor da transição agroecológica em escala nacional.

Essa articulação diversa e plural tem possibilitado a formulação de estratégias que vão da produção agroecológica e orgânica até a comercialização justa, criando pontes concretas entre campo e cidade. O caráter participativo do Planapo é seu maior diferencial: ao envolver agricultores(as) familiares, comunidades quilombolas, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, além de pesquisadores(as) e gestores(as) públicos(as), assegura que as políticas estejam enraizadas nas necessidades reais dos territórios.

Mais do que um conjunto de iniciativas setoriais, o Planapo simboliza a construção de um novo paradigma para a agricultura brasileira – um modelo que une produção de alimentos saudáveis, conservação ambiental e justiça social. O seu fortalecimento contínuo não é apenas desejável, mas essencial para consolidar caminhos sustentáveis que promovam dignidade para quem produz e garantam o direito à alimentação adequada para toda a sociedade.

O Planapo 2024–2027 assume, como principais estratégias, aquelas que visam assegurar a implementação e a ampliação do alcance na sua execução:

- Adequar e intervir em marcos legais, projetos de lei e atos normativos relacionados à agroecologia e à produção orgânica.
- Estabelecer pacto interfederativo, visando articular e integrar o Plano Nacional aos Planos Estaduais e Municipais de Agroecologia e Produção Orgânica.
- Reconhecer, incentivar e instrumentalizar os territórios como espaços diferenciados de articulação e implementação de políticas públicas de agroecologia.
- Otimizar recursos e racionalizar custos por meio da integração de políticas públicas, com foco na promoção da saúde, segurança alimentar e nutricional, abastecimento, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e no fortalecimento do protagonismo de mulheres e jovens.
- Estabelecer processos de comunicação, construção e socialização do conhecimento agroecológico, produção orgânica e da sociobiodiversidade, estreitando o diálogo entre agricultores(as) e consumidores(as).

- Diversificar e ampliar as fontes de recursos de apoio à agroecologia, à produção orgânica e à sociobiodiversidade, buscando promover a transição agroecológica em novas unidades de produção familiar.

Para que a agroecologia e a produção orgânica avancem de forma sólida no Brasil, é imprescindível que governos e sociedade civil atuem de maneira articulada em todas as esferas – federal, estadual e municipal. Essa cooperação assegura o uso mais transparente e eficiente dos recursos públicos, ampliando o alcance dos programas e projetos e garantindo que respondam, de fato, às demandas concretas dos territórios.

Um caminho estratégico é o fortalecimento da conexão entre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), os Planos Estaduais (Pleapo) e os Planos Municipais (Plamapo). Embora algumas unidades da federação já tenham elaborado seus próprios planos, ainda é necessário criar mecanismos institucionais de integração e estímulo para que mais estados e municípios avancem na construção de suas políticas de agroecologia e produção orgânica.

A articulação entre esses diferentes níveis de governo tem potencial para acelerar a transição agroecológica em todo o país. Quando planejadas e executadas de forma coordenada, as ações resultam em impactos mais consistentes e duradouros – desde a produção e o acesso a alimentos saudáveis até a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida no campo e na cidade. O grande desafio é transformar essa visão em realidade, fortalecendo os vínculos federativos e garantindo que os planos sejam efetivamente implementados, saindo do papel para transformar os territórios.

Outro caminho promissor para ampliar os sistemas alimentares saudáveis, resilientes às mudanças climáticas e em sintonia com as culturas alimentares locais, é o fortalecimento da integração das políticas públicas com as dinâmicas sociais dos territórios. Nesse sentido, ganha relevância a articulação estratégica entre as políticas de agroecologia e produção orgânica, abastecimento e segurança alimentar e nutricional, entre outras, conforme detalhado a seguir:

- A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída pelo Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, possui um conjunto de oito diretrizes, entre as quais está a promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos. Nesse sentido, em se tratando de um modo de produção que reúne um conjunto de práticas sustentáveis, a agroecologia desempenha um papel fundamental no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, tendo em vista o seu potencial de produção de alimentos adequados e saudáveis, o que está alinhado à preservação da sociobiodiversidade.
- A Política Nacional de Abastecimento Alimentar (PNAAB), instituída pelo Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023, tem dentre os seus objetivos, "promover a estruturação de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis, com base na agroecologia e na sociobiodiversidade". Na apresentação de suas diretrizes, destacam-se o incentivo a práticas alimentares promotoras da saúde, da agroecologia e da sociobiodiversidade, a restrição ao uso de tecnologias prejudiciais à saúde e ao meio ambiente e a mitigação da ação climática. O Plano

Nacional de Abastecimento Alimentar (Planab), instituído pela Resolução CAISAN/MDS nº 8, de 18 de outubro de 2024, no âmbito do Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023, se pauta pelo alinhamento e pela articulação com o Planapo, a fim de promover a efetividade das ações e dos programas previstos na promoção da segurança alimentar e nutricional, da soberania alimentar e da transição agroecológica.

- O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, premia a produção orgânica e agroecológica com um valor de até 30% acima dos preços de referência, disponibilizando alimentos para ampla gama de organizações sociais. Este programa cumpre um duplo papel, estimulando a produção orgânica e de base agroecológica de fornecedores e, disponibilizando alimentos saudáveis para consumidores(as) que, geralmente, teriam dificuldades de acessar esse tipo de produto.
- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, atinge a quase totalidade das escolas públicas, alcançando um alunado composto majoritariamente por estudantes egressos das camadas mais pobres da população. Nestas camadas sociais, por sua vez, é onde mais se observa o consumo de alimentos ultraprocessados e alimentos de má qualidade. A disponibilização de alimentos agroecológicos e/ou orgânicos na rede escolar pública é, não apenas uma oportunidade para melhoria na qualidade dos alimentos consumidos, mas também um processo de reeducação alimentar.
- O Programa Terra da Gente, instituído pelo Decreto nº 11.995, de 15 de abril de 2024, define as possibilidades de disponibilização de terras para assentar famílias que querem viver e trabalhar no campo. Lançado em 2024 como nova estratégia para ampliar e dar agilidade à reforma agrária, o programa promove a inclusão produtiva, reduz os conflitos agrários e contribui para o aumento da disponibilidade de alimentos saudáveis, produzidos de forma sustentável pelos (as) assentados (as) da reforma agrária. Os (As) beneficiários (as) do programa também terão acesso às linhas de créditos e à Ater para potencializar seus sistemas produtivos.
- O Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais, instituído pelo Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023 e o Programa de Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, instituído pelo Decreto nº 11.642, de 16 de agosto de 2023, adotam como princípio a agroecologia como estratégia central para o desenvolvimento de processos produtivos, sociais, políticos, culturais e ambientais mais sustentáveis, inclusivos e justos, com maior igualdade de gênero e assegurando a autonomia e os direitos das mulheres.
- O Programa Florestas Produtivas, instituído pelo Decreto nº 12.087, de 3 de julho de 2024 tem por objetivo promover processos de restauração produtiva, por meio da implementação de sistemas agroflorestais. O programa visa possibilitar a segurança alimentar e nutricional, com geração de trabalho e renda, e contribuir com a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, mitigação do aquecimento global e conservação da agrobiodiversidade. Ademais, dialoga com a agroecologia a partir do reconhecimento de sistemas agrícolas tradicionais, da rede de experiências locais relevantes da agricultura familiar, das redes de sementes, das instituições locais de pesquisa, da assistência técnica, do financiamento de sistemas de produção diversificados e de equipamentos públicos de suporte à atividade produtiva nos territórios.

O Planapo dialoga diretamente com uma ampla gama de programas previstos no Plano Plurianual (2024–2027), articulando-se com políticas públicas nas áreas de saúde, educação, ciência e tecnologia, bioeconomia, enfrentamento às mudanças climáticas, reforma agrária, regularização fundiária, juventude, pesca e aquicultura, recursos hídricos e transição energética. Também se conecta a iniciativas voltadas para as mulheres do campo, comunidades quilombolas, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando transversalidade e inclusão em sua implementação.

Nesse sentido, a interação entre a Ciapo e a Cnapo com outras instâncias de gestão governamental e da sociedade civil favorece a troca de conhecimentos e experiências, além de criar oportunidades de confluência entre iniciativas e de definição de estratégias conjuntas. Essa articulação permite maior integração e adequação das políticas públicas, ampliando seus impactos positivos nos territórios.

Entre as instâncias de participação social que exercem papel estratégico nesse processo, destacam-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e o Conselho Nacional de Saúde (CNS).



O Planapo 2024-2027:

Uma Construção Coletiva para Fortalecer a Agroecologia no Brasil

O atual ciclo do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) representa um marco decisivo na política agrícola brasileira, ao mesmo tempo em que consolida conquistas históricas e enfrenta novos desafios com uma abordagem inovadora e participativa. Sua construção contou com a contribuição direta de 14 ministérios, 9 entidades governamentais e da sociedade civil organizada, representada pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

Esse processo foi marcado por um diálogo amplo e plural, que reuniu diferentes fontes de conhecimento: as avaliações dos ciclos anteriores do Planapo, as diretrizes do Plano Plurianual (PPA 2024–2027), os resultados dos Diálogos do Brasil Agroecológico e as propostas de organizações de grande relevância, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) e o Instituto Brasil Orgânico (IBO).

A partir dessa escuta e integração de saberes, foi estruturado um plano composto por 7 eixos estratégicos, que se desdobram em 26 objetivos específicos e 197 iniciativas concretas. Cada ação conta com indicadores de desempenho, metas definidas e fontes de financiamento, permitindo não apenas sua execução, mas também um acompanhamento público e transparente dos resultados.

A Matriz de Iniciativas, elaborada pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), materializa esse processo democrático: as demandas sociais foram analisadas e incorporadas de acordo com a capacidade de execução governamental, garantindo equilíbrio entre ambição transformadora e viabilidade prática.

Combinando de forma equilibrada dimensões técnicas, políticas e sociais, o Planapo 2024–2027 afirma-se como um instrumento estratégico para orientar as políticas públicas brasileiras rumo à construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e resilientes, reafirmando o papel do Brasil como referência mundial em agroecologia.



Eixo 1 – Produção

Objetivo Geral 1

Ampliar e fortalecer a produção orgânica e de base agroecológica, bem como fomentar a promoção da sociobiodiversidade, com especial atenção à garantia do direito humano à alimentação saudável e adequada..

Objetivo Específico 1.1

Implementar e ampliar o acesso às políticas públicas e instrumentos de fomento, financiamento, seguro e segurança de renda, adequados aos sistemas de produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.1.1	Fomentar o reconhecimento e a certificação de produtos da sociobiodiversidade, do extrativismo orgânico e da pesca artesanal, a partir da revisão da Instrução Normativa n° 17, de 28 de maio de 2009.	MPA	MAPA MMA	Nº de produtos certificados		1	1	2	LOA 20Y1
1.1.2	Criar grupo de trabalho interconselhos com ministérios, entidades e agentes financeiros para requalificação das políticas de crédito rural e fomento por meio de diagnóstico, articulação e monitoramento.	SG-PR	MDA, MDS	Grupo de trabalho criado	1				Não se aplica
1.1.3	Incentivar a implantação de unidades produtivas sustentáveis da aquicultura em sistemas multitróficos, de recirculação de água, de aquaponia e do Sisteminha Embrapa, em estabelecimentos rurais e áreas urbanas.	MPA	Embrapa	Nº de unidades produtivas implantadas	10	10	10	10	LOA 20Y0
1.1.4	Qualificar e orientar os (as) agentes financeiros (as) e técnicos (as) de Ater acerca das linhas de financiamento do Pronaf, relacionadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica, com participação de pelo menos 50% de mulheres e 30% de jovens.	MDA	Incra, ICMBio, MPA	Número de pessoas qualificadas	500	500	500	500	LOA 21B6

1.1.5	Capacitar lideranças sobre linhas de financiamento do Pronaf específicas para as mulheres, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.	MDA	MPA	N° de pessoas capacitadas	500	500	500	500	LOA 20Y1
1.1.6	Mediar e ampliar as operações de crédito rural para as linhas do Pronaf relacionadas aos projetos de produção orgânica e as práticas e processos agroecológicos, adequados aos diferentes biomas.	MDA	MPA	Nº de operações de crédito contratados	2.228	3.342	5.013	7.520	LOA 0298 LOA 0301 LOA 0611 LOA 0A81
1.1.7	Qualificar técnicos(as) executores(as) das chamadas de Ater para mulheres sobre as linhas de financiamento específicas para este grupo, com foco na produção orgânica e de base agroecológica.	MDA	Anater, MAPA, MPA	N° de pessoas capacitadas	150	150	150	150	LOA 8606 LOA 21B6 LOA 20Y1
1.1.8	Promover o fortalecimento e a ampliação das redes, cooperativas e organizações socioprodutivas e econômicas de agroecologia, sociobiodiversidade, extrativismo e produção orgânica, no âmbito do Programa Ecoforte.	MDA, SG-PR	MAPA, MMA, MDS, MTE, Conab, Embrapa, BNDES, FBB, BB Incra, MPA	N° de redes contratadas	20	20			BNDES FBB
1.1.9	Promover a gestão ambiental rural por meio da inclusão socioprodutiva de base agroecológica e da sociobiodiversidade, com a elaboração e fortalecimento de instrumentos de gestão, assessoria técnica e extensão rural socioambiental.	MMA	MPA	Nº de famílias atendidas		500	500	500	LOA 21F2
1.1.10	Apoiar as experiências agroecológicas na reforma agrária, com crédito instalação, priorizando as linhas de crédito "Florestal", "Recuperação Ambiental" e "Cacau".	Incra	ICMBio	N° de projetos apoiados	30	50	80	120	LOA 427
1.1.11	Apoiar o etnodesenvolvimento das comunidades quilombolas com a elaboração e execução de projetos específicos do crédito instalação.	Incra	MDA	N° de projetos Apoiados	50	80	100	120	LOA 427
1.1.12	Fomentar a participação das juventudes na produção orgânica e agroecológica e na comercialização, através da linha "Fomento Jovem".	Incra	MDA, ICMBio, MPA	Nº de Projetos apoiados	100	150	200	250	LOA 427

1.1.13	Revisar a IN nº 17/2009 para incluir pescado artesanal oriundo de áreas ou pescarias manejadas de forma comunitária.	MPA	MMA, MAPA	Norma publicada	1				Não se aplica
1.1.14	Apoiar a promoção das cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais.	MMA	BNDES	Nº de associações ou cooperativas atendidas	10	10	10	10	BNDES
1.1.15	Apoiar projetos de inclusão socioprodutiva e transição agroecológica para a Agricultura Familiar e suas organizações.	MDA		Nº de beneficiários	40.000	40.000	40.000		LOA 210V, LOA 21B6

Objetivo Específico 1.2

Ampliar o número de unidades de produção controladas adequadas aos regulamentos brasileiros para a produção orgânica, priorizando os mecanismos que contemplam o controle social.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.2.1	Fomentar a organização e a qualificação de grupos de agricultores (as) familiares na adoção de mecanismos de controle social.	MAPA	MDA, Incra, MPA	Nº de SPG e OCS regularizados	35	35	35	35	LOA 8606 LOA 210V
1.2.2	Articular acordos de parceria e convênios entre o governo federal e as Unidades da Federação para fomento, cadastramento e fiscalização de Organizações de Controle Social (OCS).	MAPA		N° de acordos firmados	2	2	2	2	LOA 214Y
1.2.3	Aperfeiçoar e manter atualizada o Cadastro Nacional da Produção Orgânica para o controle, a disponibilização e a divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.	MAPA		Nº de relatórios mensais divulgados	6	12	12	12	LOA 8606
1.2.4	Apoiar e garantir o funcionamento de Comissões da Produção Orgânica nas 27 Unidades da Federação.	MAPA	Embrapa, MDA, MDS, MS, MCTI, Conab	Nº de comissões apoiadas	27	27	27	27	LOA 8606
1.2.5	Ampliar a quantidade de produtores(as) habilitados(as) ao acesso às políticas públicas para a produção orgânica em virtude da inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.	MAPA	Incra, MDA	N° de produtores no Cadastro Nacional	29.500	31.000	32.500	34.000	LOA 8606

1.2.6	Promover e fomentar a qualificação de técnicos(as) e agricultores(as) nas normas de garantia da qualidade orgânica para a produção animal e de pastagens e para a produção de alimentos e grãos orgânicos.	MAPA, Embrapa		Nº de técnicos(as) e agricultores(as) qualificados(as)	250	250	250	250	LOA 8606
1.2.7	Apoiar e garantir o funcionamento da Comissão Nacional de Produção Orgânica (CNPOrg) e da Subcomissão Temática de Produção Orgânica (STPOrg).	MAPA	MDS, MS, MCTI, Conab, SG-PR	Nº de relatórios disponibilizados	4	4	4	4	LOA 8606
1.2.8	Ajustar e publicar regulamentos diretamente relacionados à produção orgânica, produtos e processos importantes para o setor.	MAPA		Nº de regulamentos publicados	1	1	1	1	Não se aplica
1.2.9	Fortalecer e agilizar o reconhecimento de equivalência de regulamentos e procedimentos relacionados à garantia da qualidade orgânica com outros países, prioritariamente com os da América Latina.	MAPA	MDA, MMA, MS, MPA	Instrumento de equivalência publicado	1			3	Não se aplica

Objetivo Específico 1.3

Promover o desenvolvimento de processos produtivos, organizativos e econômicos das mulheres, com vistas à autonomia e geração de trabalho, emprego e renda.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.3.1	Viabilizar Ater para mulheres agricultoras familiares, pescadoras e aquicultoras, priorizando as em vulnerabilidade social para fomentar a produção agroecológica.	MDA	MPA, MMA, MAPA	Nº de mulheres atendidas	5.000	10.000	10.000	5.000	LOA 210W
1.3.2	Implementar quintais produtivos agroecológicos e em transição agroecológica, a fim de valorizar a produção realizada pelas mulheres, considerando a integração com políticas municipais e estaduais.	MDA, MDS	BNDES, MPA, Embrapa, MMulheres	Nº de quintais implementados	27.350	29.350	34.000	2.000	LOA 210W
1.3.3	Realizar pesquisas sobre o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural, em amplitude nacional, incluindo aspectos socioeconômicos e a atuação do IBGE no Censo Agropecuário.	MDA		Nº de pesquisas publicadas	1		1		LOA 210W

1.3.4	Ampliar o acesso e dar apoio à organização socioprodutiva de grupos produtivos de mulheres nos programas de compras públicas "PAA e Pnae", em mercados justos e solidários, e em feiras feministas.	MDA	MPA	Nº de grupos beneficiados	600	700	700	600	LOA 210W
1.3.5	Apoiar a organização socioprodutiva e ampliar o acesso das mulheres a programas de fomento destinados às mulheres, a fim de estimular a produção de base agroecológica.	Incra	MDA, ICMBio	Nº de projetos apoiados	100	150	200	250	LOA 427
1.3.6	Apoiar ações de fortalecimento da produção, seleção, uso, conservação e troca de recursos genéticos de interesse a produção orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade entre grupos de mulheres, nos editais do Programa de Organização Produtiva e de Ater específicos para este grupo, priorizando ações coletivas nestas chamadas públicas.	MDA	Embrapa, MAPA	N° de agricultoras familiares beneficiadas	500	500	500	500	LOA 210W
1.3.7	Destinar recursos do Terra Sol para projetos de agroindustrialização e beneficiamento de base agroecológica ou de produtos da sociobiodiversidade, para mulheres e jovens.	Incra	MDA	Taxa de recursos aplicados	30%	30%	30%	30%	LOA 211A
1.3.8	Apoiar organizações de mulheres rurais, do campo, da floresta e das águas em ações de capacitação e produção de material audiovisual voltados à gestão, à autonomia econômica e à sustentabilidade financeira.	MMulheres	MDA, MPA, MCTI	Nº de organizações atendidas	10	20	20	10	LOA 21GG

Objetivo Específico 1.4

Estimular e fomentar a produção e uso de bioinsumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.4.1	Atualizar a regulamentação de especificações de referência para orientação da produção e registro simplificado de produtos fitossanitários para uso na produção orgânica.	MAPA	Anvisa, Ibama	N° de especificações regulamentadas	5	9	11	11	Não se aplica

1.4.2	Ajustar e publicar regulamentos relacionados à produção de insumos prioritários para a produção orgânica e de base agroecológica, de forma a simplificar e agilizar os registros.	MAPA		Nº de regulamentos publicados		1		1	Não se aplica
1.4.3	Elaborar publicações técnicas dirigidas a ampliar e qualificar a produção e uso de bioinsumos adequados à produção orgânica, de base agroecológica e à sociobiodiversidade.	MAPA, MDA	Embrapa, MS, Anvisa, Incra, MCTI, MMA, Ibama, MEC, SG-PR, MDS, MPA	Nº de materiais publicados			55	55	LOA 8606 LOA 210V
1.4.4	Promover campanha nacional para divulgação e ampliação do uso de bioinsumos apropriados à produção orgânica e de base agroecológica, com foco prioritário na agricultura familiar rural, urbana e periurbana.	MDA	Embrapa, MS, Anvisa, Incra, MCTI, MMA, Ibama, MEC, SG-PR, MDS, Mapa, MPA	Nº de campanhas realizadas		1	1	1	LOA 210V
1.4.5	Realizar estudos identificando os gargalos para a produção e uso de bioinsumos na agricultura, considerando os aspectos legislativos, tecnológicos, mercadológicos e das políticas públicas, bem como realizar levantamento e sistematização de experiências nacionais e internacionais relativas a programas, políticas, conhecimentos científicos e conhecimentos empíricos relacionados ao tema.	MAPA, MDA	Anvisa, Ibama, Incra, MCTI, Embrapa	Nº de materiais publicados	2	1			LOA 8606 LOA 210V
1.4.6	Promover a qualificação de técnicos(as) e de agricultores(as) familiares para a produção e uso de bioinsumos apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica.	MDA	Incra, Embrapa, Mapa, MPA, MCTI	Nº de técnicos(as) e agricultores(as) qualificados(as)	50 técnicos (as) 200 agricultores(as)	75 técnicos (as) 300 agricultores(as)	100 técnicos (as) 450 agricultores(as)	75 técnicos (as) 300 agricultores(as)	LOA 210V
1.4.7	Incluir um representante da sociedade civil da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - CNAPO, no Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos.	SG-PR, MDA	MCT, MDA, MPA	Ato normativo publicado	1				Não se aplica
1.4.8	Criar grupo de trabalho no âmbito da Cnapo para acompanhar as proposições legislativas relativas aos bioinsumos em andamento no Congresso Nacional, de forma que garantam os princípios e interesses da produção orgânica e de base agroecológica.	SG-PR	MDA, Mapa	Grupo de trabalho criado	1				Não se aplica
1.4.9	Constituir Subcomissão Temática de Insumos da CNAPO, visando sistematizar as contribuições da sociedade civil e órgãos de governo integrantes para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do Programa Nacional de Bioinsumos.	SG-PR	MDA, Embrapa, MPA	Nº de relatórios disponibilizados	2	4	4	4	Não se aplica

1.4.9	Constituir Subcomissão Temática de Insumos da CNAPO, visando sistematizar as contribuições da sociedade civil e órgãos de governo integrantes para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do Programa Nacional de Bioinsumos.	SG-PR	MDA, Embrapa, MPA	Nº de relatórios disponibilizados	2	4	4	4	Não se aplica

Objetivo Específico 1.5

Instituir o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara).

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.5.1	Estabelecer subcomissão temática, no âmbito da CNAPO, a fim de construir proposta de Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, priorizando a substituição dos altamente perigosos ao meio ambiente e extremamente tóxicos para a saúde, e monitorar as proposições legislativas relativas ao tema.	SG-PR	MDA, MF, MDS, MCTI, MMA, MEC, MAPA, MS, Anvisa, Embrapa	Nº de relatórios disponibilizados	3	4	4	4	Não se aplica
1.5.2	Elaborar estratégia nacional para o desenvolvimento de mecanismos de substituição da utilização de agrotóxicos, priorizando os altamente perigosos ao meio ambiente e produtos extremamente tóxicos à saúde.	MAPA	Anvisa, Ibama	Ato normativo publicado		1			Não se aplica
1.5.3	Elaboração da estratégia de ação emergencial em territórios com populações vulnerabilizadas visando reduzir o impacto do uso de agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente.	MMA, MS	Ibama, Anvisa, MAPA	Estratégia elaborada		1			LOA 21F2.

Objetivo Específico 1.6

Implementar ações de agricultura urbana e periurbana que fortaleçam os princípios da agroecologia e da produção orgânica do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, priorizando a participação social e a articulação de redes territoriais.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.6.1	Apoiar a implantação de unidades produtivas locais de base agroecológica, estimulando e fortalecendo redes de agricultura urbana e periurbana, priorizando os municípios aderidos à Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.	MDS, MDA	MMA, MPA,	Nº de municípios apoiados	15	15	20	10	LOA 8458
1.6.2	Apoiar processo formativo de lideranças políticas locais para agricultura urbana e periurbana, priorizando os municípios aderidos à Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades.	MDS		Nº de municípios apoiados	32	32	32		LOA 8458
1.6.3	Implantar a tecnologia social do "Sisteminha" em áreas urbanas e periurbanas, priorizando povos e comunidades tradicionais.	MDS	Embrapa, MDA	N° de famílias atendidas	100	100	100		LOA 8458

Objetivo Específico 1.7

Promover o processamento e beneficiamento da produção orgânica e agroecológica, com vistas à regularização dos empreendimentos e de seus produtos.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
1.7.1	Desenvolver mecanismos de priorização da agroindustrialização da produção orgânica e agroecológica no Programa Nacional de Agroindustrialização da Produção Familiar.	MDA	MAPA	N° de projetos apoiados	20	30	40	50	LOA 8622
1.7. 2	Qualificar e estruturar empreendimentos familiares e coletivos nas áreas de gestão, produção, agroindustrialização, regularização sanitária e acesso às políticas públicas, mercados públicos e privados, considerando suas diversidades e especificidades, com especial atenção aos grupos de mulheres e aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica.	MDA	MDS, Conab, BNDES, MMA, MAPA, MPA, Embrapa, MCTI	N° de empreendimentos familiares e coletivos atendidos	25	50	75	100	LOA 21B6 LOA 8622
1.7. 3	Estruturar os polos da estratégia Rotas de Integração Nacional, com projeto baseado na inclusão produtiva, inovação e sustentabilidade.	MIDR		Nº de iniciativas apoiadas nos polos	8	16	24	32	LOA 214S

1.7.4	Incentivar a estruturação de Serviços de Inspeção Municipal, individualmente ou vinculados a consórcios públicos, para integração ao Sisbil-POA e qualificação da atuação destes arranjos para a certificação de produtos de base agroecológica.	MAPA		N° de municípios com serviço de inspeção integrados ao SISBI	10	80	120	40	LOA 100
1.7.5	Promover processos de capacitação dos profissionais da vigilância sanitária e da inspeção agropecuária com foco nas especificidades da agroindústria de pequeno porte. (RDC 49/2013-Anvisa)	MAPA	MDA	N° de profissionais capacitados	100	100	100	100	LOA 100

Eixo 2 – Uso e Conservação da Agrobiodiversidade e da Natureza

Objetivo Geral 2

Promover, ampliar e consolidar processos sociais, culturais e políticos de acesso, gestão, manejo, uso e conservação da agrobiodiversidade e da natureza.

Objetivo Específico 2.1

Promover o processamento e beneficiamento da produção orgânica e agroecológica, com vistas à regularização dos empreendimentos e de seus produtos.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
2.1.1	Apoiar projetos que viabilizem a produção e multiplicação de sementes e mudas varietais, da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade, livres de transgênicos e de interesse da agroecologia, junto às redes territoriais de uso e conservação da sociobiodiversidade, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar.	MDA	Conab, MAPA, MDS, MPA, Embrapa, ICMBio	N° de famílias atendidas	10.000	20.000	20.000	20.000	LOA 210V
2.1.2	Elaborar, em conjunto com a sociedade civil, instrumento de proteção, reconhecimento e apoio às guardiãs e guardiões de raças, mudas e sementes crioulas, valorizando seu conhecimento e, principalmente, o trabalho das mulheres.	MDA	MAPA, MMA, SG-PR, MCTI	Instrumento elaborado		1			Não se aplica

1.7.4	Incentivar a estruturação de Serviços de Inspeção Municipal, individualmente ou vinculados a consórcios públicos, para integração ao Sisbil-POA e qualificação da atuação destes arranjos para a certificação de produtos de base agroecológica.	MAPA		N° de municípios com serviço de inspeção integrados ao SISBI	10	80	120	40	LOA 100
1.7.5	Promover processos de capacitação dos profissionais da vigilância sanitária e da inspeção agropecuária com foco nas especificidades da agroindústria de pequeno porte. (RDC 49/2013-Anvisa)	MAPA	MDA	N° de profissionais capacitados	100	100	100	100	LOA 100
2.1.3	Mapear, sistematizar e disponibilizar informações sobre a caracterização de recursos genéticos de interesse da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade, de forma contínua e articulada, em redes locais de gestão da agrobiodiversidade, respeitando a Lei nº 13.123 da biodiversidade.	MDA, MAPA	MDS, Embrapa, MPA	Documento publicado		1			LOA 210V LOA 20ZV LOA 214Z
2.1.4	Elaborar um plano de governança para disponibilização e conservação dinâmica de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica que inclua os (as) agricultores(as), povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.	Embrapa	MDA, MAPA, MCTI, MEC, FUNAI	Plano elaborado		1			Não se aplica
2.1.5	Promover a multiplicação, disponibilização e conservação dinâmica de recursos genéticos de interesse da agroecologia e produção orgânica, em diálogo com o âmbito acadêmico, para fortalecer o repertório científico agroecológico.	Embrapa	MDA, MAPA, MCTI, MEC	N° de materiais publicados	1	1	1	1	LOA 20Y6
2.1.6	Promover arranjo produtivo de pequenos e médios animais e raças nativas nos diversos biomas, com o fim de conservar e multiplicar a base genética adequada à produção de base agroecológica.	MDA	MAPA, Embrapa, MDS	Nº de arranjos produtivos implementados		2	2	2	LOA 210V
2.1.7	Garantir o acesso de organizações de agricultores(as) familiares aos recursos genéticos vegetais e animais, crioulos e tradicionais, livres de transgênicos, conservados em bancos genéticos governamentais, priorizando questões de gênero, geração e diversidade cultural.	Embrapa		Documento institucional publicado		1			Não se aplica
2.1.8	Implementação de Centros de Referência em Farmácia Viva com capacitações e distribuição de mudas para salvaguardar a biodiversidade regional.	MS	Embrapa	N° de centros de referência apoiados	2	1	1	1	LOA 20K5
2.1.9	Adequar as normas referentes a produção de sementes e mudas visando a inclusão das macroalgas.	MPA		Normas adequadas	1	1			Não se aplica

Objetivo Específico 2.2

Promover a democratização do acesso às fontes de energia renováveis às populações do campo, das águas, das florestas e das cidades, salvaguardando territórios.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
2.2.1	Elaborar e implementar o Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela agricultura familiar, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.	MDA	SG-PR	Ato normativo publicado	1				Não se aplica
2.2.2	Estabelecer instância para construir e viabilizar fundo orçamentário para a microgeração, armazenamento e distribuição de energia em escala comunitária e familiar.	SG-PR	MDA	Ato normativo publicado		1			Não se aplica
2.2.3	Articular, junto ao CONAMA e outras instâncias, a criação de mecanismos regulatórios em energias renováveis, de modo a garantir a justiça energética nos territórios.	SG-PR	MDA	Ato normativo publicado	1				Não se aplica

Objetivo Específico 2.3

Promover ações de apoio à conservação, manejo, restauração e regularização ambiental.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
2.3.1	Publicar marco de ação de alimentação e mudanças climáticas, valorizando a produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos como solução.	MDS		Ato normativo publicado			1		LOA 2784
2.3.2	Financiar projetos para restauração florestal, com base nos Sistemas Agroflorestais.	Incra	MMA	N° de projetos apoiados	20	30	50	80	LOA 427
2.3.3	Apoiar o diagnóstico, o monitoramento e a regularização ambiental de imóveis rurais.	MMA	SFB, Incra	Nº de ações executadas	4	4	4	4	LOA 21F5

2.3.4	Realizar, revisar e atualizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em assentamentos e lotes da reforma agrária, a fim de assegurar a regularização ambiental nos assentamentos.	Incra		N° de assentamentos e/ou lotes de reforma agrária com CAR	1.000	1.200	1.200	1.200	LOA 211A
2.3.5	Disponibilizar soluções (desenvolvidas ou aprimoradas) para promoção da regularização ambiental de imóveis rurais.	MMA	SFB	Nº de soluções disponibilizadas	1	1	1	1	LOA 21F5
2.3.6	Apoiar a restauração produtiva de base agroecológica no âmbito do Programa Nacional de Florestas Produtivas.	MDA, MMA	Anater, Embrapa, Incra	Nº de famílias atendidas			1.680		LOA 210X LOA 21B6 LOA 8288
2.3.7	Construir proposta de regulamentação da Lei nº 14.119/2021, que trata dos serviços ambientais na perspectiva da agroecologia e da produção orgânica.	MMA	SG-PR, MAPA, MCTI, MDA, MDS, MEC, MF, MIR, MS, MPA, MPI, MIDR, MMulheres, Anater, Anvisa Conab, Embrapa, Fiocruz, FNDE, FBB, Incra, BNDES	Ato normativo publicado	1				Não se aplica
2.3.8	Reestruturar o Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente).	MMA		Proposta de Programa elaborada	1				Não se aplica

Objetivo Específico 2.4

Promover a conservação, o uso e o manejo sustentável dos solos, das florestas e das águas.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
2.4.1	Apoiar e fortalecer a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PROVEG, por meio da implementação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), levando em consideração a produção de sementes e mudas florestais de forma articulada com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO.	MMA	MDA, ICMBio, SG-PR	Planaveg atualizado e publicado	1				Não se aplica

2.4.2	Apoiar ações de conservação ambiental realizadas nos territórios de povos e comunidades tradicionais por meio do Programa Bolsa Verde.	MMA	MDA, MDS, Incra, ICMBio, SFB, MPA	Nº de famílias atendidas	50.000	70.000	100.000	120.000	LOA 20VP
2.4.3	Implementar unidades de manejo e conservação dos solos com base nos princípios da agroecologia e do uso de remineralizadores.	MDA	MMA, ICMBIO, Embrapa	N° de unidades implantadas	50	50	50	50	LOA 8622
2.4.4	Implantar cisternas, e outras tecnologias sociais de acesso à água, para produção de alimentos (segunda água) em unidades de produção orgânica e de base agroecológica, garantindo a participação de mulheres na gestão de pelo menos 70% destas unidades.	MDS	MDA, MIDR, MPA, ICMBio, Incra, MCTI	Nº de unidades de tecnologia social implantadas	4000	6000	6000	4000	LOA 8948
2.4.5	Implementar e difundir tecnologias sociais de captação, armazenamento, tratamento, uso e reuso da água, biodigestores e fossa séptica, promovendo a segurança hídrica e o saneamento.	MDS	Incra, MMA, MCTI	N° de tecnologias implementadas /difundidas	100	300	300	300	LOA 8948

Eixo 3 – Construção do Conhecimento e Comunicação

Objetivo Geral 3

Ampliar a capacidade de construção e socialização de conhecimentos sobre agroecologia, produção orgânica e da sociobiodiversidade.

Objetivo Específico 3.1

Qualificar e promover as assessorias de Ater de forma continuada, na perspectiva agroecológica, junto às famílias agricultoras, assentadas da reforma agrária, extrativistas, pescadores (as) e pertencentes a povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, com especial atenção às mulheres e jovens.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
3.1.1	Promover ATER qualificada e continuada, assegurando que o público atendido seja, no mínimo: 20% jovens e 50% mulheres.	MDA	Anater, MMA, ICMBio, MPA, MAPA, Incra, Mulheres	Nº de pessoas beneficiadas	15.000	30.000	45.000	60.000	LOA 21B6

3.1.2	Promover Ater qualificada, específica e continuada em agroecologia e produção orgânica para integrantes das organizações de controle social.	MAPA	Anater, MDA	N° de famílias atendidas	1.500	1.500	1.500	1.500	LOA 8606
3.1.3	Promover ATER diferenciada, qualificada e continuada para famílias quilombolas, indígenas e de povos e comunidades tradicionais, considerando suas especificidades.	MDA	Anater, MDS, MIR, MPI, MMA, ICMBio, MPA, MCTI	N° de famílias atendidas	9.800	10.000	15.000	13.000	LOA 21B6
3.1.4	Implementar um Programa de Formação de Agentes de Ater, garantindo metodologias e conteúdos específicos para a diversidade de público, gênero, juventudes e relações étnico-raciais, com a participação de pelo menos 50% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	MDA	Anater, MMA, ICMBio, SFB, MPA, MAPA, Incra, MPI, MIR, MMulheres	N° agentes de Ater qualificados/as	2.500	2.500	2.500	5.100	LOA 21B6
3.1.5	Criar grupo de trabalho para construção de plano de qualificação de servidores (as) para atuar em agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade, garantindo metodologias e conteúdos específicos para a diversidade de público, gênero, juventudes e relações étnico-raciais, com a participação de pelo menos 50% de mulheres entre as pessoas capacitadas.	MDA	Anater, MMA, ICMBio, SFB, MPA, MAPA, Incra, MPI, MIR, MM, MEC, MS, SG-PR	Grupo de trabalho criado	1				Não se aplica
3.1.6	Fortalecer e qualificar a Pnater por meio da realização do *Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural* e da *III Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*, entre outras ações, com representação das entidades prestadoras de serviço de ATER (públicas e privadas) e instituições da sociedade civil.	MDA	Anater	N° de eventos realizados	3	2	1		LOA 21B6

Objetivo Específico 3.2

Fomentar processos de construção coletiva e socialização de conhecimentos em agroecologia e produção orgânica, em diferentes níveis e formatos, integrando atividades de ensino, pesquisa e extensão rural e universitária, considerando os fundamentos da educação popular e as especificidades regionais.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
3.2.1	Ofertar vagas a jovens de 18 a 29 anos por meio de ações voltadas à elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã, com foco na educação do campo e na educação contextualizada para a convivência com o Semiárido e demais biomas.	MEC		Nº de vagas ofertadas	10.000	10.000	10.000	10.000	LOA 214B
3.2.2	Implantar Programas de Educação Tutorial (PET) em Agroecologia.	MEC	MDA	N° de grupos PET em agroecologia implementados	10				LOA 20GK
3.2.3	Estruturar plataformas colaborativas regionais que contemplem ações de pesquisa, intercâmbio e construção do conhecimento em agroecologia e produção orgânica para os públicos prioritários do Planapo.	Embrapa		Nº de Plataformas estruturadas	1	1			Não se aplica
3.2.4	Incluir os temas relacionados à agroecologia e produção orgânica nos documentos estratégicos e normativos da Embrapa.	Embrapa		N° de documentos institucionais atualizados	1	1	1	1	Não se aplica
3.2.5	Promover encontros de trocas de experiências, visando identificar referências técnicas, em sistemas de produção e processamento da produção orgânica e de base agroecológica na agricultura familiar.	MDA	MAPA, Embrapa	N° de encontros realizados	1		1		LOA 21B6
3.2.6	Apoiar e financiar a criação e manutenção dos Núcleos de Estudos e Redes de Núcleos em Agroecologia, a partir da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, em instituições de ensino, OEPAS e ICTs.	MDA, MCTI, SG-PR, MDS, MAPA, MS, MEC, MPI, MPA		N° de núcleos e redes apoiadas	40	43	41	5	LOA 8606 LOA 210V LOA 2E24 LOA20 QH, LOA 20UP, FNDCT
3.2.8	Proporcionar o acesso dos povos do campo, das águas e das florestas a cursos de nível médio, técnico, tecnológico, superior e residência agrária (especialização), com ênfase em agroecologia, por meio do PRONERA fortalecendo a juventude rural.	Incra	ICMBio, MDA	Nº de matriculados no Pronera	600	750	850	850	LOA 210T

3.2.9	Promover formação virtual sobre o desenvolvimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA), visando a adoção de medidas de prevenção de agravos e doenças, promoção da saúde, vigilância e atenção integral à saúde de populações expostas ou potencialmente expostas a agrotóxicos.	MS		N° de municípios atendidos	100	200	300	400	LOA 20YJ
3.2.10	Promover a formação de equipes de Vigilância em Saúde e Ambiente para a implementação e desenvolvimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA), nos municípios prioritários do Plano Nacional de Saúde 2024–2027, por meio de um curso presencial.	MS		Nº de profissionais capacitados	150				LOA 20YJ
3.2.11	Publicar e implementar a Estratégia Nacional de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para juventudes com ações de educação alimentar e nutricional para juventude rural.	MDS		N° de cidades apoiadas			60	60	LOA 2784
3.2.12	Disponibilizar nova plataforma para formação e troca de experiências de ações de educação alimentar e nutricional para aumentar o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.	MDS		Plataforma disponibilizada		1			LOA 2784

Objetivo Específico 3.3

Fomentar e promover o ensino, pesquisa e extensão com enfoque agroecológico e em sistemas orgânicos de produção, para estudantes, agentes de Ater, produtores (as), agricultores (as) familiares, extrativistas, pescadores (as), assentados (as) de reforma agrária, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres rurais, de acordo com as especificidades regionais.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
3.3.1	Realizar pesquisa sobre juventude rural no Brasil, com destaque para os desafios e as potencialidades da transição agroecológica.	MDA		Documento publicado		1			LOA 000J
3.3.2	Ofertar disciplinas optativas no Programa Mais Saúde: a) Agroecologia, Segurança Alimentar e Hortas Comunitárias e b) Saúde das Populações do Campo, Florestas e Águas.	MS	Fiocruz	Nº de agentes formados(as)	180.000				Não se aplica
3.3.3	Ofertar mestrado profissional em Saúde, Ambiente, Trabalho e Movimentos Sociais.	MS	Fiocruz	Nº de ofertas realizadas			24		LOA 20YD Fundo Amazônico
3.3.4	Realizar encontros para promover o avanço do conhecimento em ensino, pesquisa e extensão em agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade para tratar de temas estratégicos relacionados à Educação e Agroecologia.	MEC		Nº de seminários realizados		3	3		LOA 20RH
3.3.5	Identificar iniciativas de pesquisa, inovação e extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em diversos biomas, sobre o uso e conservação de águas nas paisagens, a fim de fomentar ações de combate à desertificação, mitigação dos efeitos da seca e adaptação às mudanças climáticas, nos diferentes contextos do território brasileiro.	MEC		Estudo elaborado		1			Não se aplica
3.3.6	Identificar iniciativas de pesquisa, inovação e extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em diversos biomas, sobre recuperação/ restauração da vegetação nativa e de paisagens produtivas, a fim de formatar ações de adaptação às mudanças climáticas, nos diferentes contextos do território brasileiro.	MEC		Estudo elaborado		1			Não se aplica

3.3.7	Fomentar a qualificação profissional de agricultoras e trabalhadoras rurais, por meio do Programa Mulheres Mil, com foco na agroecologia e na produção orgânica.	MEC	MDA	Nº de vagas ofertadas		200			LOA 21B4
3.3.8	Apoiar formação inicial de professores do campo, pautados pelos princípios da educação do campo e educação popular e com enfoque agroecológico.	MEC		Nº de vagas ofertadas	6.000	8.000	10.000	10.000	LOA 20RJ
3.3.9	Apoiar formação continuada de professores do campo, pautados pelos princípios da educação do campo e educação popular e com enfoque agroecológico.	MEC		Nº de vagas ofertadas	5.000	10.000	15.000	15.000	LOA 20RJ
3.3.10	Fomentar a qualificação profissional de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais, com foco na bioeconomia dos biomas do território brasileiro, priorizando a Amazônia.	MEC	MDA	Nº de vagas ofertadas	12.000				LOA 21B4
3.3.11	Multiplicar, incentivar e divulgar na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, temas sobre agroecologia, produção orgânica, sociobiodiversidade e bioeconomia nos conteúdos didático-pedagógicos.	MEC	MDS	Nº de publicações	15	15	15	15	Não se aplica
3.3.12	Elaborar o Programa de Formação em Transição Agroecológica e Enfrentamento das Mudanças Climáticas para agentes de assistência técnica e extensão rural.	MMA		Programa elaborado	1				LOA 21F2

Objetivo Específico 3.4

Promover, articular, consolidar e fortalecer ações de comunicação e divulgação de informações acerca da produção orgânica e agroecológica, considerando as linguagens e instrumentos apropriados a cada território, de forma que a sociedade compreenda seus benefícios à sociedade, à saúde e ao meio ambiente.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
3.4.1	Produzir recursos audiovisuais e impressos para incentivar atuação intersetorial local entre o setor saúde, Ater e outros, com vistas a disseminar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira.	MS	MDA	Nº de materiais publicados	1	1	1	1	LOA 20QH

3.4.2	Realizar campanhas permanentes para promoção de produtos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade e para a divulgação de seus benefícios, em ações educativas em segurança alimentar e nutricional, valorizando a cultura alimentar regional.	MAPA, MDS, MDA	MMA, MS, FNDE, SG-PR, MCTI, MDA, MDS, MPA, Embrapa, Conab	Nº de campanhas realizadas	3	2	2	2	LOA 8606 LOA 20QH
3.4.3	Elaborar e divulgar anualmente agenda de atuação da Embrapa na área de agroecologia e produção orgânica, como contribuição para a Pnapo.	Embrapa		Documento publicado	1	1	1	1	Não se aplica
3.4.4	Elaborar e publicar materiais que orientem gestores de órgãos públicos para aquisição de alimentos pelo PAA (modalidade compra institucional) e para a alimentação escolar, priorizando os produtos agroecológicos e orgânicos, bem como a aquisição de pescados e mariscos.	MDA, FNDE, MDS, MS	MAPA, Conab, MPA	N° de materiais publicados	1	2	2	2	LOA 0509 LOA 21B9 LOA 8929
3.4.5	Realizar eventos para sensibilizar e orientar gestores (as) de órgãos públicos para aquisição de alimentos pelo PAA (modalidade compra institucional) e para a alimentação escolar, priorizando os produtos agroecológicos e orgânicos, bem como a aquisição de pescados e mariscos.	MDA, FNDE, MDS, MS	MAPA, Conab, MPA	N ° de eventos realizados	5	5	5	5	LOA 0509 LOA 21B9 LOA 8929
3.4.6	Promover e incentivar a formação de agentes de educomunicação socioambiental e agroecológica, junto aos parceiros do Planapo, dando especial atenção à atuação dos Centros de Educação e Cooperação Socioambiental e demais equipamentos sociais por eles mobilizados.	MMA		Nº de instituições e agentes beneficiados	1000	1000	1000	1000	LOA 20VY
3.4.7	Constituir uma estratégia de comunicação institucional da Agenda de Agroecologia na Embrapa, para sensibilização interna e externa.	Embrapa		Estratégia elaborada e publicizada	1				Não se aplica
3.4.8	Elaborar manual de boas práticas sobre justiça social e relações de trabalho na produção orgânica e de base agroecológica.	Mapa	SG-PR, MMulheres, MDA, MDS	Manual elaborado		1			Não se aplica
3.4.9	Promover a produção de material formativo, e ações de formação com mulheres e jovens sobre as relações sociais de gênero na agroecologia e nos processos de transição agroecológica, com enfoque na diversidade territorial, étnico racial e geracional.	MMulheres	MDA, MS	N° de participantes nas formações		100	100	100	LOA 21GF

3.4.10	Elaborar subsídios para inclusão ou ajuste de informações sobre o público prioritário da Pnapo e a produção orgânica, de base agroecológica e da sociobiodiversidade, no Censo Agropecuário.	MDA, MAPA, MMA, MPA	SG-PR, MCTI, MDS, MEC, MF, MIR, MIDR, MMulheres, MPI, MS, Anater, Anvisa, Conab, Embrapa, Fiocruz, FNDE, Incra, BNDES, FBB	Documento elaborado	1				Não se aplica
3.4.11	Disseminar as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira em ações de comunicação, reforçando as conexões com a agroecologia.	MS	MDA	N° de ações de comunicação	5	5	5	5	LOA 20QH

Objetivo Específico 3.5

Reconhecer e fomentar o desenvolvimento de inovações e tecnologias sociais para agroecologia e produção orgânica, considerando os saberes produzidos pelos sujeitos desde os seus territórios.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
3.5.1	Identificar, sistematizar e socializar tecnologias, processos, produtos e manuais de boas práticas apropriadas à produção orgânica e de base agroecológica, adaptadas às realidades locais.	MAPA	MEC, MDA, MCTI, MMA, Incra, Embrapa	N° de Tecnologias desenvolvidas e socializadas		100	100	100	LOA 8606
3.5.2	Elaborar o marco referencial sobre inovação no Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia para o fortalecimento e promoção da agroecologia e produção orgânica, considerando a importância dos sujeitos nos territórios e a relevância das tecnologias sociais.	MDA	MEC, MCTI, Embrapa, MAPA	Ato normativo publicado		1			Não se aplica
3.5.3	Apoiar projetos de inovação em bases territoriais, orientados pelo marco referencial sobre inovação, no Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia visando ao fortalecimento e promoção da agroecologia e produção orgânica.	MDA	MEC, MCTI, Embrapa	N° de projetos apoiados	5	5	5	5	LOA 210V
3.5.4	Mapear as necessidades e ofertas tecnológicas de máquinas e equipamentos, considerando as realidades locais e territoriais, priorizando as demandas específicas de mulheres e jovens.	MDA, Embrapa, MDIC		Relatório elaborado		1			LOA 210V
3.5.5	Estruturar e fortalecer redes territoriais de inovação para a agricultura familiar e agroecologia, incluindo o fomento e apoio à realização de terreiros de inovações nas cinco regiões brasileiras.	MDA	Embrapa, Incra, MCTI	N° de redes territoriais fortalecidas		5	5	5	LOA 210V

3.5.6	Estruturar e implementar plataforma virtual que hospede e disponibilize informações de ofertas e demandas regionais da agricultura familiar e da agroecologia.	MDA	Embrapa, MAPA, MCTI	Nº de plataformas estruturadas		1			LOA 210V LOA 210X
3.5.7	Apoiar o desenvolvimento e a avaliação do desempenho de máquinas e equipamentos adaptados para a agricultura familiar e agroecologia, por meio de editais voltados para Empresas, ICTs e organizações da sociedade civil.	MDA, MCTI	Embrapa, MEC, Incra, BNDES	N° de editais publicados	1				210V

Eixo 4 - Comercialização e Consumo

Objetivo Geral 4

Fortalecer e ampliar o consumo e a comercialização de alimentos e produtos orgânicos, agroecológicos e oriundos da sociobiodiversidade nas compras públicas e nos mercados privados.

Objetivo Específico 4.1

Desenvolver mecanismos de apoio à comercialização dos alimentos e produtos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
4.1.1	Apoiar a comercialização de alimentos, e demais produtos da reforma agrária (de base orgânica, agroecológica e da sociobiodiversidade), por meio da realização de feiras e festivais com abrangência local, estadual e nacional, contemplando todas as regiões do País.	Incra	MDA, MS	N° de feiras e/ou festivais apoiados	27	27	27	27	LOA 211A LOA20 QH
4.1.2	Apoiar a inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de produtos orgânicos e de base agroecológica de abrangência municipal, distrital, estadual, nacional e internacional.	MDA	Incra	N° de agricultores(as) familiares expositores	2.000	2.500	3.000	3.500	LOA 21B9 LOA 210V
4.1.3	Divulgar o Selo Quilombos do Brasil, aos quilombolas, e o Selo Indígenas do Brasil, aos povos indígenas, e assessorá-los no acesso aos respectivos programas, visando à qualificação da produção e à ampliação do acesso aos mercados institucionais e privados.	MDA		N° de ações de divulgação	10	20	30	40	Não se aplica

3.5.6	Estruturar e implementar plataforma virtual que hospede e disponibilize informações de ofertas e demandas regionais da agricultura familiar e da agroecologia.	MDA	Embrapa, MAPA, MCTI	Nº de Plataformas estruturadas		1			LOA 210V LOA 210X
3.5.7	Apoiar o desenvolvimento e a avaliação do desempenho de máquinas e equipamentos adaptados para a agricultura familiar e agroecologia, por meio de editais voltados para Empresas, ICTs e organizações da sociedade civil.	MDA, MCTI	Embrapa, MEC, Incra, BNDES	N° de editais publicados	1				LOA 210V
4.1.4	Promover ações voltadas à divulgação dos selos relacionados à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.	MDA	MMA, MDS	N° de ações de divulgação	10	20	30	40	LOA 8622
4.1.5	ampliar o acesso dos (as) agricultores (as) familiares ao Selo Nacional da Agricultura Familiar Sociobiodiversidade (SENAF).	MDA	Incra, ICMBio MPA	Taxa incremental de agricultores (as) familiares com acesso ao SENAF	10%	10%	10%	10%	LOA 8622
4.1.6	Promover feiras da sociobiodiversidade dos territórios pesqueiros e marisqueiros artesanais.	MPA		Nº de feiras realizadas		1	1	1	LOA 20Y1
4.1.7	Desenvolver estudo dos mercados potenciais de cadeias produtivas de plantas medicinais, aromáticas e condimentares.	MS	MDA, Fiocruz, Embrapa	Estudo publicado				1	LOA 20K5
4.1.8	Fortalecer a Vitrine da Agricultura Familiar como instrumento de divulgação dos produtos da agrobiodiversidade e da sociobiodiversidade.	MDA	ICMBio, MMA, Ibama, Conab	Nº de produtos disponibilizados	150	165	183	200	Não se aplica
4.1.9	Promover a certificação de produtores, processos produtivos e produtos de organismos aquáticos cultivados no território brasileiro, a partir da revisão da IN n° 17, de 28 de maio de 2009.	MPA	MAPA	Nº de produtores, processos e produtos certificados	100	100	100	100	LOA 20Y0 LOA 8606
4.1.10	Registrar novos selos e marcas coletivas para os produtos da sociobiodiversidade pesqueira e marisqueiras, considerando a revisão da IN n° 17, de 28 de maio de 2009.	MPA		Nº de selos/marcas registrados		1	1	1	LOA 20Y1
4.1.11	Estruturar e apoiar a realização de feiras livres, e outras dinâmicas de comercialização, para produtos orgânicos e agroecológicos.	MDA	MAPA, Conab, MCID	Nº de kit feiras distribuídas		100	100	100	LOA 21B9
4.1.12	Apoiar à implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas cidades com ações que valorizem a produção, o abastecimento, o acesso, a disponibilidade e o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.	MDS		N° de cidades apoiadas	60	60	60	60	LOA 2784

Objetivo Específico 4.2

Assegurar a execução e ampliação das compras públicas de produtos da agricultura familiar de base agroecológica e orgânica.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
4.2.1	Estabelecer e implementar o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, alinhado ao Planapo, promovendo a produção, a comercialização, o consumo e o acesso a alimentos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade.	MDA	Conab, MDS, MAPA	Ato normativo publicado	1				LOA 21B9
4.2.2	Ampliar a inserção de pescados e mariscos artesanais no PAA e PNAE.	MPA	MDS, Conab	Nº de produtos (espécies) inseridas			1	2	LOA 20Y1
4.2.3	Apoiar os projetos selecionados na Chamada Pública Amazônia na Escola voltados ao fortalecimento (i) da produção de base sustentável e sociobiodiversa de alimentos por agricultores (as) familiares, incluindo povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades e tradicionais, e (ii) da aquisição e do consumo desses alimentos para alimentação escolar nas redes públicas de ensino da Amazônia Legal, com recursos do Fundo Amazônia.	MDA, MMA, MDS, FNDE	BNDES	Nº de municípios apoiados		20	20	16	BNDES
4.2.4	Ampliar a participação de quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, e de suas respectivas cooperativas e associações, em mercados institucionais, em especial, no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.	MDA, MDS, MEC	MAPA, MMA, Conab, FNDE, ICMBio, MPA, MPI, MIR	Nº de cooperativas e/ou associações beneficiadas	20	17	16	15	LOA 21B9 LOA 21GB
4.2.5	Promover a inclusão de alimentos orgânicos, agroecológicos e da sociobiodiversidade nos estoques e cardápios ofertados pelos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, com priorização de orientações às cozinhas solidárias, por meio de normativas ou outros instrumentos.	MDS	Conab, MDA, FNDE, Mapa	Ato normativo publicado		1	1		LOA 8929

Eixo 5 – Terra e Território

Objetivo Geral 5

Garantir o acesso à terra e aos territórios socioambientalmente protegidos como condição para promover o etnodesenvolvimento dos povos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas e dos assentados da reforma agrária e da agricultura familiar.

Objetivo Específico 5.1

Ampliar e assegurar o acesso à terra e aos territórios, promovendo a regularização fundiária e garantindo os direitos territoriais de acesso aos bens comuns aos povos indígenas, povos quilombolas, povos e comunidades tradicionais, assentados (as) da reforma agrária e agricultura familiar, com ênfase na juventude do campo, das águas e das florestas.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
5.1.1	Publicar relatórios técnicos de identificação e delimitação de territórios quilombolas.	Incra	MDA	Nº de relatórios publicados	20	20	20	20	LOA 1052
5.1.2	Titular áreas para comunidades quilombolas, a fim de garantir o direito à terra e o respeito ao vínculo com a cultura e ancestralidade.	Incra	MDA, MIR	Área titulada (ha)	12.000	16.000	30.000	42.000	LOA 1052
5.1.3	Elaborar Decretos Declaratórios de Interesse Social para territórios quilombolas.	Incra	MDA - SG/PR	N° de decretos declaratórios elaborados	40	40	40	40	LOA 1052
5.1.4	Emitir portarias de reconhecimento de territórios quilombolas.	Incra		N° de portarias publicadas	15	15	20	20	LOA 1052
5.1.5	Assegurar o acesso à terra por meio do Programa Nacional de Reforma Agrária, com enfoque agroecológico.	Incra		N° de famílias assentadas	15.000	20.000	25.000	30.000	LOA 21GD

Objetivo Específico 5.2

Fortalecer a gestão territorial, socioambiental e produtiva dos territórios tradicionais, quilombolas, indígenas, da reforma agrária e da agricultura familiar.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
5.2.1	Elaborar e implementar o Programa Nacional de Identificação e Fortalecimento de Sistemas Agrícolas Tradicionais.	MDA	Embrapa, MDS, MIR, MMA, MPI, MTUR, MAPA, Incra, MPA	Ato normativo publicado	1				Não se aplica
5.2.2	Estabelecer critérios e parâmetros para definição de territórios prioritários, para fim de alocação de recursos em políticas públicas, processos e práticas indutoras da transição agroecológica, nos diferentes biomas.	MDA	MAPA, MCTI, MDS, MEC, MF, MMA, MS, SG-PR, MPA	Instrumento de identificação implantado		1			LOA 210V
5.2.3	Elaborar subsídios para a construção do Marco Referencial sobre Territórios Agroecológicos, com critérios e definições construídas em conjunto com a sociedade civil organizada, incluindo os ambientes rurais, urbanos e periurbanos a fim de propiciar sua proteção.	MDA	SG-PR, MAPA, MCTI, MDS, MEC, MF, MIR, MIDR, MMA, MMulheres, MPA, MPI, MS, Anater, Anvisa, Conab, Embrapa, Fiocruz, FNDE, Incra, BNDES, FBB	Documento publicado			1		Não se aplica
5.2.4	Atender famílias indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, com projetos de etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.	MDA	MPA	N° Famílias atendidas	575	575	300	100	LOA 21GB
5.2.5	Ampliar a participação das associações/cooperativas de povos indígenas e comunidades tradicionais no Programa Mais Gestão.	MDA	MMA, SFB	Nº de Associações/ Cooperativas atendidas	15	15	15	15	LOA 21B6
5.2.6	Elaborar matriz do diagnóstico de sistemas alimentares indígenas com inclusão de mapeamento da produção e o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.	MDS		Matriz publicada		1			LOA 2784

Eixo 6 – Sociobiodiversidade

Objetivo Geral 6

Promover a produção e o reconhecimento da identidade sociocultural e viabilizar políticas públicas de inclusão socioprodutiva para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores (as) familiares.

Objetivo Específico 6.1

Apoiar a organização socioprodutiva de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores (as) familiares.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
6.1.1	Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais para a restauração produtiva e ecológica de povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação na Amazônia.	MMA	ICMBio, MDA	Nº de famílias atendidas	100	100	100	50	GEF
6.1.2	Fortalecer o manejo florestal comunitário das cadeias da sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia.	MMA	ICMBio, SFB MDA	Nº de famílias atendidas	2.000	2.000	2.000	2.000	Fundo Vale, FNDF
6.1.3	Instituir o Programa Federal para Manejo Florestal Comunitário e Familiar.	MMA	SFB, MDA, ICMBio, MDS, Ibama, Incra,	Ato normativo publicado			1		Não se aplica
6.1.4	Publicar chamada de Ater específica para os sistemas produtivos da sociobiodiversidade.	MDA	MMA, SFB, ICMBio, Conab, Incra, MPA	N° de famílias atendidas	2.000	3.000	3.000	1.000	LOA 210X LOA 21B6
6.1.5	Articular recursos reembolsáveis e não reembolsáveis para projetos de inclusão produtiva sustentável e estruturação de empreendimentos econômicos coletivos de PCTAFs.	MDA, MMA,	SFB, ICMBio, Incra, MDS	N° de agricultores(as) familiares e empreendimentos apoiados		1.000	1.000	1.000	Não se aplica
6.1.6	Regulamentar a Lei da Política Nacional à Produção Melífera (14.639/2023), em âmbito nacional, considerando a produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, por meio de consultas à sociedade civil.	MDA	ICMBio, Ibama, MAPA	Ato normativo publicado		1	1	1	Não se aplica
6.1.7	Atender às famílias beneficiárias do Bolsa Verde com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).	MMA	MDA, Incra, ICMBio, Anater, SFB, MPA	N° de famílias atendidas		1.5000	1.0000	1.0000	LOA 21B6 LOA 20VP
6.1.8	Articular iniciativas de turismo comunitário, no contexto da sociobiodiversidade, agroecologia e produção orgânica, como ferramenta de promoção dos territórios tradicionais e geração de renda, a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	MEC		N° de iniciativas apoiadas	15	15	15	15	Não se aplica

Objetivo Específico 6.2

Viabilizar infraestrutura de beneficiamento e distribuição dos produtos da sociobiodiversidade.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
6.2.1	Fomentar projetos de agroindústrias para produtos da sociobiodiversidade, baseadas em tecnologias sociais e em todos os biomas, priorizando grupos de mulheres.	MDA	MAPA, ICMBio, MPA	N° de projetos aprovados	20	30	40	50	LOA 8622
6.2.2	Elaborar perfis agroindustriais, com a perspectiva das tecnologias sociais para os produtos da sociobiodiversidade, priorizando os produtos inseridos na Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade.	MDA	Embrapa, Conab, MAPA, MPA	N° de perfis elaborados	4	4	4	5	LOA 8622

Objetivo Específico 6.3

Ampliar a inserção dos produtos da sociobiodiversidade nas compras públicas e mercados locais, regionais e internacionais.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
6.3.1	Ampliar a aquisição de alimentos da sociobiodiversidade nos mercados institucionais.	MDS, MDA, Conab	MF, MPA, FNDE	Taxa incremental de produtos adquiridos	5%	5%	5%	5%	LOA 1000 LOA 21B9
6.3.2	Desenvolver capacidades por meio da formação de formadores (professores de universidades, institutos federais e escolas famílias, gestores públicos, técnicos (as) de ATER e lideranças das organizações da sociedade civil) para a melhoria da gestão de organizações rurais de base familiar, visando ampliar a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade.	MDS, MDA, Conab	Funai, Conab, FNDE, MPA	N° de formadores capacitados(as)	100	100			Recursos internacionais
6.3.3	Ampliar o acesso ao crédito, via Pronaf, voltados para os produtos da sociobiodiversidade nos seguintes estados: AC, AM, PA.	MDA	MPA	N° de contratos firmados	400	400			Não se aplica

6.3.4	Realizar assessoria direta a organizações de base familiar (cooperativas e associações) para ampliar a gestão e a comercialização dos produtos da sociobiodiversidade nos estados: AC, AM e PA.	MDA	MPA	N° de organizações assessoradas	7				GIZ
6.3.5	Apoiar a inserção de produtores em arranjos comerciais justos para ampliação dos mercados privados para os produtos da sociobiodiversidade no Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.	MDA	MPA	N° de produtores(as) atendidos(as)	4.000	4.000			Recursos internacionais
6.3.6	Realizar oficinas de sensibilização para lideranças ampliarem a comercialização, via compras públicas (PAA e PNAE), de produtos da sociobiodiversidade no Acre, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.	MDA	Conab, FNDE, ICMBio	N° de oficinas realizadas	4	4			Recursos internacionais
6.3.7	Publicar portaria interministerial atualizada (Mapa/MMA nº 10/2021) que liste as espécies e produtos da sociobiodiversidade para comercialização em compras institucionais.	MMA, MDA, MDS	Conab, MPA	Ato normativo publicado		1			Não se aplica
6.3.8	Definir territórios prioritários e apoiar o fomento à estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade nos biomas Amazônia, Caatinga e Cerrado.	MMA	SFB, ICMBio, Ibama, MDS, Conab, Funai, MDA, MPA	N° de territórios priorizados e apoiados	10	10	10	10	Não se aplica
6.3.9	Recriar Grupo Gestor da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio).	MDA	MMA, MF, MPO, MAPA, MIR, MPI, Conab, MPA	Ato normativo publicado	1				Não se aplica
6.3.10	Apoiar comunidades extrativistas, povos e comunidades tradicionais, agricultores(as) familiares, na formação de Sistemas Participativos de Garantia e Organizações de Controle Social para comercialização de produtos da sociobiodiversidade.	MAPA	MMA, ICMBio, MDA, Incra, MPA	Nº de SPGs e OCSs formados por comunidades extrativistas	1	1	1	1	LOA 8606
6.3.11	Ampliar a comercialização de produtos da sociobiodiversidade de povos e comunidades tradicionais, com base na Nota Técnica MPF 03/2020 (CatraPovos), no âmbito dos programas de compras institucionais.	MDA	MDS, MMA, ICMBio, Conab	Taxa incremental de produtos adquiridos	2%	2%	2%	2%	LOA 21B9
6.3.12	Inclusão de alimentos da sociobiodiversidade na nova cesta básica nacional.	MDS	Conab, MDA, MF, MS	Ato normativo publicado				1	Não se aplica

Eixo 7 – Saúde e Cuidados com a Vida

Objetivo Geral 7

Articular políticas, saberes e práticas de cuidado e vigilância em saúde, fortalecendo a agroecologia como estratégia de promoção da saúde e de territórios saudáveis e sustentáveis.

Objetivo Específico 7.1

Enfrentar os impactos dos distintos modos de produção agrícola, e dos conflitos socioambientais, na saúde e no ambiente, no escopo do SUS e SISNAMA, com especial atenção ao uso de agrotóxicos.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
7.1.1	Ampliar o monitoramento do impacto dos agrotóxicos e químicos na saúde humana, na fauna, na flora, no solo, no ar e na água, a partir do desenvolvimento de instrumentos adequados.	MS	Fiocruz, Embrapa, MIDR	Relatório do monitoramento elaborado		1			LOA 20YJ
7.1.2	Mapear projetos com foco em agroecologia, produção orgânica e sociobiodiversidade, considerando a saúde do(a) trabalhador(a) nas 27 Unidades da Federação.	MS		Mapeamentos publicados	1	1	1	1	LOA 20YJ
7.1.3	Fomentar e ativar ações de Vigilância Popular em Saúde no campo, na floresta e nas águas, em articulação com os movimentos sociais e/ou movimentos de base territorial, com ênfase em comunidades expostas aos agrotóxicos.	MS	Fiocruz	Taxa incremental de ações fomentadas/ ativadas	15%	35%	65%	100%	LOA 20YJ
7.1.4	Ampliar o número de municípios prioritários da Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos, com análise de agrotóxicos na água para o consumo humano.	MS	Fiocruz	Taxa incremental de municípios prioritários	25%	30%	35%	40%	LOA 20YJ
7.1.5	Desenvolver instrumentos de monitoramento dos riscos à saúde e à produção agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade das populações expostas e/ou potencialmente expostas aos empreendimentos de geração de energia eólica.	MS	SG-PR	N° de instrumentos elaborados				1	LOA 20YJ
7.1.6	Ampliar a implantação da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos para além dos municípios prioritários do Plano Nacional de Saúde.	MS		N° incremental de municípios inseridos na VSPEA	700	750	800	850	LOA 20YJ
7.1.7	Publicar o documento Orientações Técnicas de Vigilância em Ambientes e Processos de Trabalho Agrícola, para promoção de ambientes saudáveis e seguros no trabalho agrícola (ligado à agroecologia, à produção orgânica e à sociobiodiversidade), a fim de orientar as equipes de Vigilância em Saúde e Ambiente.	MS		Documento publicado				1	LOA 20YJ

7.1.8	Inserir os conceitos e benefícios ambientais, sanitários e sociais da agroecologia e da produção orgânica no documento "Atuação da Secretaria Municipal de Saúde na Operacionalização da Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos", a ser revisado e republicado.	MS	Embrapa	Documento publicado				1	LOA 20YJ
7.1.9	Fortalecer os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) estaduais, regionais e municipais, em especial os rurais, para que alcancem atuação satisfatória no Plano Nacional de Saúde (PNS), bem como desenvolvam ações de prevenção e promoção à saúde dos(as) trabalhadores(as) do campo, da floresta, das águas, do perímetro urbano e periurbano.	MS		Taxa incremental de acompanhamento dos indicadores do PNS	65%	70%	75%	80%	LOA 20YJ
7.1.10	Promover a qualificação das equipes de atenção primária à saúde para a promoção da alimentação adequada e saudável, considerando a importância do consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos e os riscos dos agrotóxicos.	MS		N° de estratégias de qualificação implementadas	2	2	2	2	LOA 20QH
7.1.11	Promover a expansão da Rede de Atenção Psicossocial, com prioridade para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), para maior oferta de cuidados em saúde mental para trabalhadores(as) e população exposta aos agrotóxicos.	MS		N° de CAPS habilitados / 100 mil habitantes				490	LOA 8535

Objetivo Específico 7.2

Fortalecer os cuidados populares de saúde e as práticas integrativas e complementares vinculadas aos sistemas produtivos orgânicos e de base agroecológica.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
7.2.1	Ampliar, fortalecer e qualificar a oferta das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nos serviços do SUS, valorizando os saberes e práticas tradicionais como modelo de cuidado integrativo.	MS		Taxa incremental de PICS das Unidades de Saúde		3%	5%	8%	LOA 21CE
7.2.2	Capacitar e qualificar os(as) profissionais das equipes multiprofissionais de saúde da família, voltados para a promoção do cuidado integral com foco na saúde mental, por meio das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde como potentes abordagens terapêuticas.	MS	Fiocruz	N° de profissionais capacitados		54	200	6000	LOA 21CE

7.2.3	Apoiar ações de inclusão produtiva para a implementação de hortos de plantas medicinais e/ou jardins terapêuticos em unidades de saúde.	MS, MDA	Fiocruz	Nº de hortos implementados e apoiados		1	2	4	LOA 210X
7.2.4	Realizar oficinas de capacitação para a qualificação da produção de arranjos produtivos de plantas medicinais, considerando a diversidade de biomas.	MDA	MS, MMA	Nº de oficinas realizadas	10	10	10	10	LOA 210X
7.2.5	Revisar e publicar normativa infralegal para o controle da contaminação de agrotóxicos nas cadeias de valor de plantas medicinais e fitoterápicos.	MMA	MS, Anvisa	Ato normativo publicado	1				Não se aplica
7.2.6	Realizar encontros de mulheres, de povos e comunidades tradicionais para trocas de saberes, experiências e práticas em saúde popular, cultivo e uso de plantas medicinais.	M Mulheres	MS	N° de encontros regionais realizados	1	5	5	5	LOA 21GF

Objetivo Específico 7.3

Potencializar a agroecologia e a produção orgânica como promotoras da saúde e de territórios saudáveis, sustentáveis e solidários.

Iniciativa		Responsáveis	Parceiros	Indicador	Metas				Fonte orçamentária
					2024	2025	2026	2027	
7.3.1	Apoiar a construção de um coletivo em agroecologia e saúde no Brasil	MS	MDA, Fiocruz, Embrapa	N° de coletivos apoiados				1	LOA 20QH
7.3.2	Formar trabalhadores(as) que atuam no cuidado em saúde das populações do campo, da floresta e das águas, do urbano e periurbano para sensibilização sobre a determinação social da saúde destas populações e a agroecologia na promoção da saúde.	MS	Fiocruz	Profissionais formados	3.500				Não se aplica
7.3.3	Mapear, divulgar e fortalecer experiências de promoção da alimentação adequada e saudável por meio da agroecologia em serviços do SUS.	MS	Fiocruz	Mapeamento realizado e divulgado		1			LOA 20QH
7.3.4	Formar agentes educadores(as) populares de saúde, como estratégia para o fortalecimento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Pneps-SUS), contemplando a agroecologia, a alimentação saudável e o combate à fome, entre os conteúdos e a educação popular, como método.	MS	Fiocruz	Nº de agentes formados (as)	12.000	2.4000	36.000	50.000	LOA 20YD Fundo Amazônico



Gestão, Monitoramento e Avaliação

Evolução do Monitoramento e Gestão do Planapo: Aprendizados e Avanços

A experiência acumulada nos ciclos anteriores do Planapo evidencia um processo contínuo de aprimoramento dos mecanismos de gestão e acompanhamento. Durante o primeiro ciclo (2013-2015), a Cnapo e a Ciapo estabeleceram as bases de um sistema de monitoramento, criando instrumentos relevantes, como os relatórios semestrais de execução física e financeira encaminhados pelos órgãos governamentais à Secretaria-Executiva da Ciapo, os balanços anuais apresentados à Cnapo com análise de indicadores quantitativos e qualitativos e a articulação com conselhos em diferentes níveis — nacional, estadual e municipal — para ampliar o acompanhamento social.

No ciclo seguinte (2016-2019), essa estrutura foi mantida, mas as avaliações identificaram limitações, especialmente a ausência de dados robustos capazes de mensurar impactos reais. Esse desafio motivou a formulação de um novo modelo de monitoramento, mais orientado a resultados e com abordagem territorial, integrando o Planapo ao Programa Territórios da Cidadania.

Essa evolução demonstra a relevância de construir sistemas que vão além do cumprimento de metas físicas e financeiras, incorporando também indicadores de impacto para avaliar mudanças concretas nos territórios, integração com políticas territoriais de modo a assegurar que as ações dialoguem com as realidades locais e maior participação social, garantindo transparência e controle público.

Os aprendizados desses ciclos constituem base essencial para fortalecer a governança do Planapo 2024-2027, tornando-o cada vez mais eficaz na promoção da agroecologia e da produção orgânica no Brasil.

Gestão e Monitoramento do Planapo 2024-2027: Rumo a uma Agricultura Sustentável

O período entre 2019 e 2022 representou um grande desafio para as políticas de agroecologia no Brasil, marcado pela interrupção de ações estratégicas e pelo enfraqueci-

mento dos espaços de participação social. Esse hiato deixou lacunas significativas na implementação de iniciativas essenciais e no acompanhamento de seus resultados. O atual ciclo do Planapo surge, portanto, como uma oportunidade para superar esses obstáculos, estabelecendo um sistema mais robusto e transparente de gestão e monitoramento.

O novo plano preserva os avanços conquistados nas edições anteriores, mas introduz melhorias relevantes em sua estrutura de acompanhamento. O foco agora vai além da simples execução das 197 iniciativas previstas, passando a avaliar seus impactos concretos nos territórios. Essa abordagem contempla uma análise detalhada do cumprimento de metas, a integração com outras políticas governamentais e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, além de instituir um processo contínuo de identificação de desafios e oportunidades de aprimoramento.

O sistema de monitoramento foi concebido para evoluir de forma gradual. Em sua fase inicial, funcionará por meio de fichas colaborativas preenchidas pelos órgãos responsáveis, com posterior migração para uma plataforma digital integrada que permitirá o acompanhamento em tempo real. Todos os dados coletados serão disponibilizados publicamente em portal eletrônico, assegurando transparência e possibilitando que a sociedade civil acompanhe de perto os avanços, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo do plano.

Um dos diferenciais desta edição é a ênfase na gestão territorial, que busca conectar as políticas nacionais às realidades locais específicas. Essa estratégia prevê a articulação entre ações federais, estaduais e municipais, fortalecendo a participação das comunidades nos processos decisórios. Como parte desse esforço, está sendo proposto o "Pacto Interfederativo pela Agroecologia", uma iniciativa destinada a reunir os três níveis de governo em torno de objetivos comuns para o desenvolvimento sustentável.

A comunicação desempenhará papel central nesse processo, funcionando como instrumento estratégico para divulgar os avanços do plano, compartilhar experiências bem-sucedidas, mobilizar novos atores e assegurar transparência na aplicação dos recursos. O financiamento das ações terá como base o orçamento regular — PPA e LOA —, com possibilidade de complementação por recursos internacionais. As metas serão revisadas anualmente, de modo a garantir que as prioridades se mantenham atualizadas e coerentes com as demandas do país.

Em um cenário global marcado por crises climáticas e alimentares, o Planapo 2024-2027 se afirma como resposta estratégica do Brasil. Ao integrar produção sustentável de alimentos, inclusão social, conservação ambiental e resiliência climática, o plano demonstra potencial para promover transformações profundas no sistema agroalimentar nacional. Sua implementação bem-sucedida, contudo, dependerá do engajamento coletivo do governo, dos(as) agricultores(as) e da sociedade civil, unidos na construção de um futuro mais justo e sustentável para todos.

Com mecanismos de gestão e monitoramento aprimorados, aliados a uma abordagem territorial participativa, o Planapo consolida-se como instrumento essencial para orientar a transição agroecológica no país, gerando impactos positivos e duradouros tanto para quem produz quanto para quem consome alimentos no Brasil.

Expediente

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM
Chefe da Assessoria Especial de Comunicação
Mariana Sacramento

Coordenador-geral de comunicação
Raul Pereira

Coordenador-geral de atendimento à imprensa
Marcelo Carota

Direção de arte e projeto gráfico
Rafael Akio e Cillas Bethiel

Fotos
Raul Pereira, Albino Oliveira, Elio Rizzo, Firefly e Freepik

Editoração Eletrônica
Rafael Akio



INCRA

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

FNDE
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

BNDES

FUNDAÇÃO BB

Embrapa

ANATER

Conab

MINISTÉRIO DA
IGUALDADE RACIAL

MINISTÉRIO DAS
MULHERES

SECRETARIA-GERAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

MINISTÉRIO DA
SAÚDE

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA E PECUÁRIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

MINISTÉRIO DA
PESCA E AQUICULTURA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

@mdagovbr @mdagovbr @mdagovbr ouvidoria@mda.gov.br @tvmdagovbr

www.gov.br/mda